

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA

ROSIVALDO BRITO DA SILVA

**POSSE E CIRCULAÇÃO DE LIVROS CIENTÍFICOS NO MARANHÃO
(1796-1804)**

São Luís

2018

ROSIVALDO BRITO DA SILVA

POSSE E CIRCULAÇÃO DE LIVROS CIENTÍFICOS NO MARANHÃO

(1796-1804)

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão, em cumprimento as exigências para a obtenção do grau de Licenciatura Plena e em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves

São Luís

2018

ROSIVALDO BRITO DA SILVA

POSSE E CIRCULAÇÃO DE LIVROS CIENTÍFICOS NO MARANHÃO

(1796-1804)

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão, em cumprimento as exigências para a obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves

Aprovado em: 27/ 06 / 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves
Universidade Estadual do Maranhão

Helidacy Maria Muniz Corrêa
Universidade Estadual do Maranhão

Marcia Milena Galdez
Universidade Estadual do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por ter me proporcionado esta oportunidade de estar concluindo mais uma etapa boa da minha vida. Sem ele não sou nada!

Agradeço a minha família, em especial os meus pais Teresa e Benedito que não mediram esforços para me auxiliar nessa jornada da minha vida. Sou grato a Deus por fazer parte dessa família!

Agradeço aos meus amigos e irmãos de congregação que sempre me incentivaram a procurar algo melhor para minha vida. Destes destaco os Irmãos Carvalho: Claunisio Amorim Carvalho, Claudiomisio e Vanessa.

Todos os três me auxiliaram de uma maneira que não vou me esquecer. Sempre estiveram disponíveis para estender as mãos e eu sou grato a Deus pela vida deles.

Agradeço também aos meus colegas de turma que passaram 4 anos comigo aprendendo em sala de aula o ofício do historiador. Foi muito bom participar dessa turma alegre e divertida.

Muito bom também participar do “grupo parceria” composto por amigos da minha turma que se reuniam não só para estudar as provas e trabalhos que nos eram passados, mas também para se alegrar com quem estava alegre e consolar ou aconselhar quem precisava disso, são eles: Renata Aragão, Sara Costa, Paulo Leandro, Yara, Simone, Katyre e David.

Deste grupo quero destacar cada pessoa, porque foram importantes para minha caminhada nesses quatro anos de universidade. Agradeço pela Renata, uma amiga que mesmo pensando muito nela, também pensava muito nos seus amigos e sempre tirava um tempo para ajudar a cada um. Obrigado Renata por tudo.

Agradeço Sara Costa que sempre estava disposta a nos aconselhar quando precisávamos. Obrigado Sara! Ao Leandro, sempre solícito para ajudar a cada um que lhe pedisse auxílio. Obrigado por tudo Leo! As amigas Yara e Simone, duas amigas inseparáveis que aprendi a amar por serem tão simples e tão humildes. Vocês duas são demais!

Agradeço a Katyre que mesmo de longe, morando lá em Axixá, sempre procurou ajudar a todos no que podia. Também muito obrigado Katyre!

Agradeço ao David, nosso filósofo da História, da sua parte nunca faltou atenção e conselho pra ninguém. Muito obrigado pelos conselhos que me deste!

Quero agradecer também a UEMA que foi uma instituição que abriu as portas para a realização do meu sonho. Agradeço ao meu orientador Marcelo Cheche Galves pelos tempos que tivemos discutindo os textos e analisando documentos. Muito obrigado professor Marcelo Cheche!

Agradeço ao CNPq que patrocinou minha pesquisa por dois anos. É graças a essa instituição que pude fazer uma pesquisa que vai ficar marcada na minha vida.

Agradeço a todos os amigos que fiz nesse curso e que não fizeram parte da minha turma, são eles: Claudienne, Luzilene, Rafael, Gabriele Carvalho, Débora, Geysa, Luisa, Reyjane, Rosiene e outros.

Enfim, não é possível dizer o nome de cada um que me ajudou durante o período de estudos na universidade e na vida, mas agradeço a todos os que direta ou indiretamente me deram forças para batalhar pelos meus sonhos.

[...] para interpretar os raros documentos que nos permitem penetrar nessa brumosa gênese, para formular corretamente os problemas, para até mesmo fazer ideia deles, uma primeira condição teve que ser cumprida: observar, analisar a paisagem de hoje.

Marc Bloch

RESUMO

Este estudo aborda a circulação de livros científicos na capitania do Maranhão (1796-1804). Temos como objetivos: mapear a circulação de livros na capitania na virada para o Oitocentos; identificar os títulos e classificá-los por área, com intuito de compreender indícios da inserção do Maranhão no reformismo ilustrado português. Para tanto, evidenciamos a relação das ciências naturais com o iluminismo. A fonte utilizada foi a documentação da Real Mesa Censória (1796-1804), além de estudos bibliográficos, incluído os catálogos que sistematizaram documentos-chave para sua realização. Como resultados, constatamos que os livros científicos emergiram na política de reformas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que incentivava a publicação de obras que pudessem desenvolver, de modo integrado, os domínios portugueses. Por fim, o trabalho aponta para evidências de uma cultura impressa no Maranhão para o período em questão, com ênfase ao que caracterizamos aqui como literatura científica.

Palavras-chave: Iluminismo. Reformismo Ilustrado. Livros científicos. Ciências naturais.

ABSTRACT

This study deals with the circulation of scientific books in the captaincy of Maranhão (1796-1804). We have as objectives: to map the circulation of books in the captaincy in the turn to the Eight hundred; identify the titles and classify them by area, in order to understand the Maranhão's insertion in Portuguese enlightened reformism. In order to do so, we show the relationship between the natural sciences and the Enlightenment. The source used was the documentation of the Real Mesa Censória (1796-1804), in addition to bibliographical studies, including the catalogs that systematized key documents for its realization. As a result, we find that the scientific books emerged in D. Rodrigo's Sousa Coutinho, who encouraged the publication of works that could develop, in an integrated way, the Portuguese domains. Finally, the work points to evidence of a culture printed in Maranhão for the period in question, with emphasis on what we characterize here as scientific literature .

Keywords: Enlightenment. Reformism Illustrated. Scientific books. Natural Sciences.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Remessa de livros para o maranhão (1796-1804), p. 34

Tabela 2 - Contabilidade da venda de livros da Casa do Correio, 1799, p. 44

Tabela 3 – Obras que circularam na capitania do Maranhão, p. 51

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1. CIÊNCIA E ILUMINISMO	16
1.1 Portugal e os iluminismos	16
1.2 Reformismo Ilustrado: as contradições do iluminismo em Portugal	20
1.3 A ciência na capitania do Maranhão	26
CAPÍTULO 2. LIVROS REMETIDOS PARA O MARANHÃO.....	31
2.1 A Real Mesa Censória e a Casa Literária do Arco do Cego.....	31
2.2 Dos remetentes e procuradores	39
CAPITULO 3. LIVROS CIENTÍFICOS NO MARANHÃO	43
3.1 O governo de Dom Diogo de Sousa e o fomento à ciência	43
3.2 Os livros científicos.....	48
3.3 A História Natural e seus autores	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS	60
ANEXO I – Catálogo de Gilda Verri – Ciências Naturais.....	66

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte do projeto *O Maranhão em tempos de Reformismo Ilustrado: a correspondência trocada entre o governador D. Diogo de Sousa e o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho*, coordenado pelo Dr. Marcelo Cheche Galves, financiado pelo CNPq (Chamada Pública MCTI/CNPQ/Universal 14/2014) e FAPEMA (Edital Universal 01/2014), e desenvolvido pelo Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO), Diretório de Grupo de Pesquisa CNPq, sediado na Universidade Estadual do Maranhão. O projeto tem como objetivo analisar a inserção da capitania do Maranhão nas diretrizes do Reformismo Ilustrado português, durante o ministério de D. Rodrigo Sousa Coutinho (1796-1803), por intermédio, principalmente, da correspondência trocada entre o governador da capitania do Maranhão D. Diogo de Sousa (1798-1804) e o ministro Coutinho, que traz pistas sobre a exploração das potencialidades da capitania e a organização da instrução pública.

Dentre os objetivos propostos, diretamente relacionados às dimensões do Reformismo Ilustrado que se pretende apreender a partir da capitania, estão: a sistematização da referida correspondência, a ser organizada pelos critérios 'conhecimento científico' e 'instrução pública' (documentos do Arquivo Histórico Ultramarino - Projeto Resgate); o mapeamento da circulação de livros no Maranhão naquele momento - via documentação da Real Mesa Censória (Arquivo Nacional da Torre do Tombo) e também da Tipografia do Arco do Cego (Arquivo Histórico Ultramarino), empreendimento liderado pelo ministro Coutinho -; e a expedição exploratória de Vicente Jorge Dias Cabral, que em 1799, sob a orientação de Coutinho e com o apoio de D. Diogo de Sousa, deslocou-se para o interior da capitania com o propósito de mapear suas potencialidades, especialmente as reservas de salitre, fundamentais à época para a produção da pólvora.

O referido projeto, articulado a outros projetos financiados por agências de fomento¹, contribuiu de algum modo para a elaboração de trabalhos aqui utilizados, como: Flávio Pereira Costa Júnior (2016), Romário Sampaio Basílio (2014), Samara de

¹ Refiro-me, especialmente, ao projeto *Posse, comércio e circulação de impressos na cidade de São Luís (1800-1834)*, financiado pelos Editais CNPq 14/2011 Universal e CNPQ/CAPES 07/2011, e coordenado pelo Dr. Marcelo Cheche Galves.

Almeida Ramos (2017), Mariana Lopes Chaves (2018), Adriana Regina Oliveira Coelho (2018) e Marcelo Cheche Galves (2014; 2017).

Na dissertação intitulada *Um Maranhão Ilustrado? História e natureza a correspondência entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. Diogo de Sousa (1798-1801)*, Flávio Pereira Costa Júnior analisa de forma minuciosa as correspondências trocadas entre D. Diogo e D. Rodrigo de Sousa Coutinho; aborda ainda a circulação de livros da Real Mesa Censória e do Arco do Cego que foram vendidos na Casa dos Correios, instalada em São Luís no final do Setecentos.

Em outra perspectiva, Romário Basílio (2014) transcreveu e analisou 336 requisições de remessas de livros de Portugal para o Maranhão, submetidas à Real Mesa Censória entre os anos de 1776 e 1826. Os principais elementos elencados pelo autor, constituintes desses registros, foram: nomes dos requerentes, dos procuradores e os títulos dos livros, eventualmente acompanhados do número de exemplares remetidos.

Mais próximo do trabalho que realizamos, está a monografia de Mariana Lopes Chaves (2018), intitulada *Em busca de riquezas pelo Império: Reformismo Ilustrado português, os naturalistas e a expedição pela capitania do Maranhão e do Piauí (1796-1803)*, que analisa as viagens exploratórias de Vicente Jorge Dias Cabral e Joaquim José Pereira e a importância dos demais naturalistas para o desenvolvimento das potencialidades da colônia portuguesa, como parte da política de reformas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Nesta mesma linha de raciocínio, Samara Ramos (2017), em *Vicente Jorge Dias Cabral: um viajante ilustrado no sertão do Maranhão* trabalha as viagens exploratórias de Vicente Jorge Dias Cabral e Joaquim José Pereira, porém, se interessa particularmente em discutir a cultura do salitre e da quina, produtos de grande potencial econômico, existentes na capitania do Maranhão e Piauí.

Em outro âmbito, Adriana Coelho (2018) analisa em sua monografia como se deu processo de difusão de impressos em São Luís, antes e depois da instalação da primeira tipografia, em 1821.

Além desses trabalhos, há que se destacar os artigos publicados por Marcelo Cheche Galves. Em *Saberes impressos, correspondências e expedições científicas: a capitania do Maranhão e o Reformismo Ilustrado na virada para o Oitocentos* (2014), o autor aborda a circulação de livros a partir da Casa dos Correios do Maranhão,

utilizada como ponto de comercialização das obras publicadas pela Casa Literária do Arco do Cego. Em outro artigo, intitulado *Vicente Jorge Dias Cabral: um naturalista na capitania do Maranhão e Piauí* (2017), Galves aborda a trajetória de vida profissional do naturalista Vicente Jorge Dias Cabral, nomeado pelo governador D. Diogo de Sousa como chefe da expedição científica que percorreu a capitania do Maranhão entre os anos de 1799 e 1803.

Todos os trabalhos aqui relacionados contribuíram, sob diversas perspectivas, para a elaboração desta monografia. A partir do trabalho de Costa Júnior, por exemplo, pudemos compreender a dinâmica da comunicação mantida entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. Diogo, especialmente sobre temas relacionados à difusão de obras que pudessem auxiliar no desenvolvimento do Império e da economia local.

Na mesma perspectiva, foi graças à investigação feita por Basílio que pudemos ter acesso a documentação transcrita da Real Mesa Censória, o que possibilitou o estudo dos elementos supracitados para destacar a importância dos livros científicos. Quanto ao trabalho da Mariana Chave, de mesmo recorte temporal e temático dessa monografia, difere da nossa proposta, uma vez que focamos particularmente na circulação dos livros científicos e dos conteúdos neles explícitos, sem nos determos minuciosamente na história dos naturalistas. Contudo, evidentemente que sua proposta, a partir do viés da História Natural e do Reformismo Ilustrado, nos possibilitou compreender as ciências naturais como indício da movimentação de livros no Maranhão do século XVIII. No que refere ao trabalho de Adriana Coelho, sua principal contribuição para essa monografia foi evidenciar que mesmo não havendo imprensa no Maranhão até 1821, não deixou de existir a circulação de livros na capitania, o que foi constatado/explorado a partir da documentação da Real Mesa Censória, originalmente transcrita e analisada por Romário Basílio, como já observado.

Quanto aos artigos publicados por Galves, ambos contribuíram no sentido de identificar os livros em circulação na capitania do Maranhão no período estudado, apontando para possíveis articulações entre títulos em circulação e interesses locais, relacionados aos principais produtos cultivados ou extraídos da capitania.

Assim, a partir desses diálogos, esta monografia tem como objetivos: recuperar elementos de composição do que conhecemos como reformismo ilustrado

português, em articulação com a capitania do Maranhão; mapear a circulação de livros científicos na capitania do Maranhão, na virada para o Oitocentos; articular os personagens envolvidos no circuito de posse e circulação de livros às práticas comerciais ou à atuação em atividades relacionadas à difusão/uso de saberes científicos – intento apenas esboçado, diante das dificuldades encontradas na localização de mais informações sobre esses personagens; apresentar os autores/livros encontrados com mais frequência nessas remessas, apontando para sua importância no debate científico de então.

Pretende-se, de algum modo, contribuir com os estudos sobre a circulação de certa literatura científica na capitania do Maranhão, inserindo-a em questões mais abrangentes, como a relação entre impressos, conhecimento científico e as bases de um Reformismo Ilustrado, que remonta ao período pombalino.

Para tanto, este trabalho buscou identificar os títulos e classificá-los, por área, a partir dos critérios propostos por François Furet (1965, p. 14-16 *apud* VERRI, 2006, p. 15-16). Nesse trabalho de identificação, contou com fontes importantes, como: o catálogo dos livros impressos sob os auspícios da Tipografia do Arco do Cego – 1799-1801 (CAMPOS, 1999)² e o levantamento realizado por Gilda Verry (2006) sobre os livros que circularam na capitania de Pernambuco, entre 1759 e 1807. Para o Maranhão, a relação dos livros colocados à venda na Casa dos Correios entre 1799 e 1800 também foi consultada (GALVES, 2014), mas, principalmente, esse trabalho é devedor das informações preservadas pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fundo Real Mesa censória, caixa 159, transcritas por Romário Sampaio Basílio, no âmbito das atividades do Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO).

É necessário enfatizar ainda alguns conceitos-chave que permeiam este trabalho, a saber: Iluminismo com Falcon (2002) e Israel (2013); ciência natural com Magnus Pereira (2011); Reformismo Ilustrado com Villalta (1999); livro como prática cultural com Silva (1977), Barros (2011) e Darnton (1990).

Para o conceito de Iluminismo, utilizamos as discussões realizadas por Falcon e Jonatham Israel. Falcon utiliza o conceito a partir de duas linhas de raciocínio: o primeiro refere-se ao plano político, que teve como essência o reconhecimento do

² Cabe observar que a Casa Literária do Arco do Cego não estava sob o crivo da Real Mesa Censória, razão pela qual sua entrada nas capitâncias aparece na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, base para a relação elaborada por Marcelo Galves (2014), aqui utilizada.

natural; o segundo, conciliava ciência e valores espirituais. Em outra perspectiva, Jonatham Israel aponta dois tipos de iluminismo: o moderado, que se “[...] apoiava amplamente no *status quo*”; e o radical, “que reduzia Deus e a natureza à mesma coisa” (2013, p. 29).

A partir dessas discussões sobre o Iluminismo, exploradas ao longo do texto, nos aproximamos de uma ideia de Reformismo Ilustrado, cara a Portugal, que mesclou as ciências aos valores espirituais, e manteve-se conectada ao Antigo Regime.

Referimo-nos a noção de ciência natural a partir de Magnus Pereira, que salienta que as ciências naturais no século XVIII adquiriram um significado de bastante relevância na sociedade europeia, passando a identificar-se com a área da Filosofia Natural. Nesse sentido, a ciência natural instituiu novos campos de saber e “[...] acabou por operar mudanças na forma de ver o mundo, e consequentemente, de organizar o conhecimento sobre ele” (2011, p. 247).

Quanto ao conceito de livro nos embasamos teoricamente nas discussões de José D’ Assunção Barros. Como objeto da cultura, o livro segundo Barros, passa por inúmeras formas, sendo bastante conhecido na atualidade. Para que o livro possa ser produzido são movimentadas determinadas práticas culturais e representações – como as autorais, editoriais e artesanais; sem contar que o próprio pode difundir novas representações e contribuir para a nova produção de práticas (2011, p. 50).

Para Robert Darnton, em *O beijo de Lamourette*, o autor de um livro ao fazê-lo se dirige “[...] a leitores implícitos e ouve respostas de resenhistas explícitos” (1990, p. 66). Desta forma, sua mensagem passa por transformações a partir da interpretação dos leitores. Sendo assim, a obra de um autor pode receber críticas construtivas ou destrutivas, a ponto de ser proibido, caso não se enquadre em certos padrões sociais, como no caso de alguns livros proibidos pela Real Mesa Censória, por serem considerados heréticos ou afrontar a ordem estabelecida pelo Antigo Regime³.

Os livros priorizados nesse trabalho eram aqueles caracterizados como científicos, forma de atingir o propósito de compreender indícios da inserção da capitania do Maranhão no reformismo ilustrado português.

³ Não é objetivo desse trabalho discutir as práticas censórias do Antigo Regime. Para uma discussão a respeito, ver Maria Beatriz Nizza da Silva (1977, p. 84).

No primeiro capítulo, abordamos a relação entre ciências naturais e iluminismo. A partir daí, analisamos o Reformismo Ilustrado em Portugal e possíveis articulações com a capitania do Maranhão.

No segundo capítulo, fazemos análise da documentação da Real Mesa Censória entre 1796-1804, apontando os remetentes e os procuradores que fizeram solicitação de livros de Portugal para o Maranhão. Nos dedicamos ainda a uma discussão historiográfica sobre a Casa Literária do Arco do Cego.

No terceiro capítulo, continuamos a análise da documentação da Real Mesa Censória, porém, destacamos os livros e os autores, estabelecendo articulações entre sua importância para o desenvolvimento científico de então e as possíveis razões para sua presença na capitania do Maranhão. Na mesma linha de raciocínio, identificamos os livros produzidos pela Casa Literária do Arco do Cego, comercializados pela Casa dos Correios, instalada em São Luís em 1798, e presentes dos registros da Real Mesa censória, após o encerramento desse projeto editorial.

CAPÍTULO 1. CIÊNCIA E ILUMINISMO

A ciência sempre foi algo de muita importância em vários nações e serviu para curar enfermidades, classificar seres e espécies de plantas e para derrubar muitas teorias que estavam impregnadas no meio social.

O período caracterizado como iluminista foi um dos momentos em que a ciência ganha destaque em relação à religião. No século XVIII, momento em que a razão ganha espaço em algumas regiões da Europa, o convívio com a tradição religiosa provocará mudanças em tons variáveis. Nas linhas que seguem, ciência e Iluminismo serão pensados a partir de sua composição no Reformismo Ilustrado português, com especial atenção, na parte final do capítulo, para a capitania do Maranhão, na virada para o Oitocentos.

1.1 Portugal e os iluminismos

O século XVIII, conhecido também como século das luzes, é um período em que o Iluminismo ganha forças por meio das encyclopédias de Diderot, D'Alambert e outros impressos que propagavam a razão humana como aquela que pode guiar o homem para os seus caminhos, diminuindo as ideias religiosas. Porém, o significado de Iluminismo foi concebido de várias formas, inclusive no meio europeu de onde surgiu.

Segundo Falcon, na sua obra *Iluminismo*, observa que os significados para o “movimento iluminista” variavam de acordo com o espaço cultural em que fora inserido. O autor cita como exemplo as expressões: *Lumières* na França, *Aufklärung* na Alemanha e *To enlighten* na Inglaterra (2002, p. 13): *Lumières* é traduzido como Luz; o significado de *Aufklärung* é esclarecimento; já *To enlighten*, embora tenha a mesma definição que na Alemanha, é mais dirigida para as questões de natureza moral e econômica (FALCON, 2002, p.13-14).

Todos esses significados dados ao Iluminismo indicam como cada país interpretou o momento em que a razão humana se afastava, em graus variáveis, da religiosidade, e se voltava para ciência. Falcon aponta ainda na sua obra duas linhas de reflexão para a realidade secular que se desenvolveu, segundo ele, desde o século XVI (2002, p.34).

A primeira linha de reflexão é no plano político e teve como essência o reconhecimento “da realidade intramundana, do homem e da vida, ou seja, do natural”; já a segunda buscava conciliar a ciência com os valores espirituais (FALCON, 2002, p. 34-35). Apesar de a razão e a religiosidade parecerem distantes para muitos estudiosos do Iluminismo, Falcon reitera que o caminho para o racionalismo moderno, historicamente, não é o da rejeição do cristianismo, mas, muito pelo contrário, o de seu alargamento (2002, p.34).

Dentre todos os países que foram influenciados por ideais iluministas, a França é aquele que mais avançou, criando todo aparato para que pudesse se desenvolver naquele período e procurando uma laicização nas ciências para que esta não ficasse atrelada a estudos religiosos ou a tradições. A sua capital, Paris, era um grande exemplo de crescimento científico, como indicado por Michel Vovelle, ao relatar que:

Paris podia mostrar com orgulho aos olhos do homem de ciência estrangeiro, que se dirigia em pleno século XVIII à capital francesa numa espécie de peregrinação laica, seus centros de investigação que não encontravam rival em todo o continente, os seus laboratórios, as suas bibliotecas bem apetrechadas (1997, p.161).

Percebe-se aqui que a França não se encaixava no segundo plano apresentado por Falcon, de uma relação entre razão e revelação, adquirida pela razão depois de um conhecimento bíblico (2002, p. 35).

Desta forma, o autor destaca que no plano político havia “uma espécie de compromisso entre o Estado e o súdito”, afirmando o binômio ‘público’ (Estado) versus ‘privado’ (indivíduo); no plano religioso, a tendência foi a conciliação entre a *luz natural* da razão e a *luz sobrenatural* da revelação histórica.

Esse compromisso entre o “público” e “privado”, Estado e indivíduo, esteve presente na França desde a segunda metade do século XVII, quando o governo concedia privilégios e honras a cada uma das classes de *académiciens*, segundo o costume e a lógica do *ancien régime* (VOVELLE, 1997, p. 160). Diante desse sistema, toma corpo na França do século XVIII os chamados homens de ciências⁴. Com todo o aparato que o país disponibilizava, foi possível verificar alguns avanços em certas áreas da ciência como: a Química, a História Natural, a Botânica, a Zoologia e a Geologia (VOVELLE, 1997, p. 161).

⁴ Denominação utilizada por Michel Vovelle, na sua obra *O homem do Iluminismo*, para definir uma classe de intelectuais que cresceu em meio aos séculos das Luzes.

São os estudosos franceses dessas áreas que mais vezes apareceram nos registros da Real Mesa Censória no Maranhão – que serão detalhados mais adiante. Apesar do aparecimento de teóricos iluministas franceses em documentos de Portugal e suas colônias, esse país não seguiu o plano político existente na França, traçado no século das Luzes. Suas ideias e teorias foram baseadas na segunda linha de reflexão apontada por Falcon, em que o pensamento religioso estaria ligado à “*luz natural da razão*” (1997, p. 35).

Embora essa linha de reflexão estivesse presente em Portugal, em especial a partir da entrada do Ministro do Ultramar Sebastião José da Silva e Melo, o país diminuiu os poderes da Igreja, sob a premissa de que impediam o crescimento científico, responsabilizando-os, assim, pelo “atraso”⁵ de Portugal diante de outros países que estavam se modernizando.

Dentre as nações que estavam se modernizando na Europa, podemos destacar a Inglaterra, que segundo Vovelle (1997, p. 158), a ciência nesse país não tardou a vencer toda a resistência das etapas de uma marginalização progressiva e melancólica da figura do homem de ciência. Vovelle (1997, p. 158) explica ainda que “Bacon, e muitos outros pensadores depois dele, atribuíram à ciência a tarefa de produzir riqueza, melhorar a saúde, desenvolver o comércio, criar na terra a ‘Grande Instauração’, o regresso ao ‘Éden original’”.

Todo esse ideal do “homem de ciências inglês” esteve presente muito antes do século das Luzes. Talvez seja por causa do seu recente sucesso modernizador que o próprio Falcon (2002, p. 14), ao dar o significado de *to enlighten*, tenha afirmado que o seu sentido estaria mais voltado para as “questões de natureza moral e econômica”. Como exemplo disso, o autor cita Payot que afirma: “a Inglaterra liberal, país de Locke e de Newton, é o país mais esclarecido da Europa; ninguém se apaixona pela tolerância religiosa, pelas liberdades políticas e intelectuais quando já possui tudo isso” (PAYOT, 1971, p. 296 apud FALCON, 2002, p. 14-15).

⁵ A noção de ‘atraso’ aqui referida tem como base as discussões realizadas por Fernando Novais, segundo o qual o referido ‘atraso’ de Portugal mesclaria tanto o aspecto econômico quanto o “isolamento cultural”. O atraso econômico, segundo o autor, se deu pela diferença de Portugal frente a países adiantados, como França, Inglaterra e Holanda. Foi neste contexto de ‘atraso’ que surgiu o Reformismo Ilustrado, a partir das reformas implementadas pelo marquês de Pombal (NOVAIS, 1984, p. 105-106).

Todos estes países supracitados conceberam as ideias iluministas de formas variadas, dando uma interpretação de acordo com a sociedade em que estava inserido. Cabe ressaltar também aqui as três perspectivas de abordagem das Luzes apontadas por Guilherme Pereira das Neves e citadas por Luís Carlos Villalta, no seu trabalho intitulado *Reformismo ilustrado, censura e prática de leituras*: “enquanto um movimento de ideias, enquanto uma questão histórica, em quanto uma dimensão social” (NEVES 1984, p. 66-73 apud VILLALTA, 1999, p.78).

Para a primeira perspectiva, Villalta (1999, p.78) ressalta que era necessário compreender “o conteúdo das suas propostas e a postura intelectual que as engendrou”. Pois, foi a forma como cada intelectual ou homem de ciência interpretou o Iluminismo que fez com que esse tivesse diferentes formas de adaptação; para a segunda, o problema histórico, procurou entender as “conexões da Ilustração com as transformações econômicas e sociais que foram suas contemporâneas” (1999, p. 78).

Sobre esse problema, o mesmo autor (VILLALTA, 1999, p. 79) afirma que a Ilustração variou conforme as diferenças de nacionalidade, de credo e de religião, havendo, portanto, diferentes Ilustrações vividas por homens e mulheres, por brancos e sob a influência das tradições indígenas. Já sobre a terceira questão, Villalta destaca que “cumpre o lugar social e o perfil do intelectual que se encontra ligado à produção, circulação e apropriação das ideias ilustradas” (VILLALTA, 1999, p. 78). Alguns países, como França e Inglaterra, estiveram totalmente abertos às teorias iluminista – no caso do primeiro, os ideais propagados no século das Luzes foram capazes de transformar o poder político no fim do XVIII; já em outros países, como Portugal, os ideais foram em parte aceitos sem o rompimento com a monarquia que regia o país.

Além das questões observadas por Falcon (2002), Vovelle (1997) e Villalta (1999), cabe ressaltar também outros dois autores: Jonatham Israel (2013) e José Carlos de Oliveira (2005). O primeiro trata do que considera como dois tipos de iluminismo:

Poderia haver dois tipos de Iluminismos – o moderado (duas substâncias) o qual postulava o equilíbrio entre a razão e a tradição, apoiava amplamente o *status quo*; e o outro um Iluminismo radical (uma substância), o qual combinava corpo e mente em um só todo, reduzia Deus e a natureza à mesma coisa, excluía todos os milagres e espíritos distintos dos corpos e invocavam a razão como único guia na vida humana, descartando a tradição (ISRAEL, 2013, p. 29).

Os iluminismos citados acima podem ser vistos como resultantes das formas como foram lidos em diferentes sociedades. Na França, por exemplo, o resultado foi uma revolução e a tomada do poder, com a participação, ainda que momentânea, de camadas populares. Já em Portugal, o sistema tradicional foi mantido a partir de certas reformas feitas pelo marquês de Pombal⁶: o Iluminismo, de certo modo, protegeu o regime vigente.

Além das diferenças políticas desses dois países, há também diferenças no uso da ciência. Na França, por exemplo – segundo nos afirma José Carlos de Oliveira em *D. João VI- adorador do Deus das ciências?* – o Iluminismo fora utilizado para criticar a Igreja e o Estado em nome da ciência e da filosofia (2005, p. 73). Para Portugal, o mesmo autor afirma que “a introdução da ciência moderna de forma sistemática deu-se sob os auspícios do governo durante o chamado período pombalino”.

E é essa introdução das ciências modernas em Portugal que queremos enfatizar no tópico seguinte. A reforma pombalina ou Reformismo Ilustrado, como também ficou conhecido desde o Marquês de Pombal (1755-1777) até o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1796-1801), de quem também trataremos adiante, “introduziu o ensino a ciências naturais no currículo” na reforma da Universidade de Coimbra (OLIVEIRA, 2005, p. 81-83).

1.2 Reformismo Ilustrado: as contradições do iluminismo em Portugal

No dia 1º de novembro é comemorado em Portugal o dia de todos os santos, um dia muito festivo e bastante comemorado por aquele povo. Porém, desse mesmo dia os portugueses não tem uma boa lembrança. É que nessa mesma data, no ano de 1755, aconteceu uma tragédia que ficaria marcada na história dos lusitanos. Um terremoto de grande proporção abalou os alicerces de Lisboa, matando gente por terra e, logo após, os que fugiram do fogo e correram para as águas do rio Tejo, foram surpreendidos com o aumento de volume das águas que “trouxeram de volta todos os barcos, despojos e, com eles, corpos já sem vida”⁷.

⁶ O título de marquês de Pombal foi entregue a Sebastião José de Carvalho e Melo somente em 1769. Antes, era conhecido como Conde de Oeiras.

⁷ Em *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil* (2002, p. 17-20), Lilia Moritz Schwarcz narra a história desse terremoto, afirmando que as pessoas que não

Um dia para se esquecer, um passado que aquele país não queria lembrar, por serem muitos os mortos. Terra, fogo e água, pareciam que toda a natureza estava contra Portugal. Segundo Lilia Moritz Schwarcz, na sua obra sobre *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis*, os relatos que se tinham eram de “prédios destruídos, cadáveres nas ruas e pessoas que perambulavam de um lado para outro à procura de seus parentes desaparecidos ou fugindo de não se sabe o que” (2002, p. 20).

Sob o efeito do terremoto, o rei de Portugal D. José I promoveu mudanças administrativas, e nomeou Sebastião José de Carvalho e Melo como secretário de Estado dos Negócios do Reino⁸. É certo que seu ministério enfrentou algumas dificuldades na área da economia, política e educação, mas em todas as áreas o Marquês criava medidas que tinham como objetivo tirar Portugal do “atraso”: incentiva o comércio em Portugal e em suas colônias para se desligar da política de neutralidade⁹; cria novos títulos de nobreza, pois a antiga nobreza estava impregnada aos antigos costumes¹⁰; e tira os jesuítas¹¹ do caminho em 1759, após uma denúncia em que foram acusados de ataques regicidas.

Para a educação, Pombal trabalha na reforma da Universidade de Coimbra e cria a Real Mesa Censória, que irá controlar os livros que circulavam em Portugal e seus domínios. Sobre a proibição de livros, a historiadora portuguesa Maria Beatriz Nizza da Silva ressalta que “o objetivo da censura dos livros era impedir a publicação de obras consideradas perigosas” (1977, p. 84). No caso da Real Mesa Censória, “perigosos” eram os livros heréticos e os que, explícita ou implicitamente, se opunham ao regime monárquico. Podemos verificar isso na documentação que autoriza sua criação:

morreram do terremoto, desfaleceram com o fogo, e as que fugiram do fogo e do terremoto foram arrastadas pelas águas. Salvando-se poucas pessoas que ali se encontravam.

⁸ Segundo Schwarcz (2002, p. 97), o futuro Marquês de Pombal deixa de ser secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra em 1756 para ser secretário de Estado dos Negócios do Reino.

⁹ A política de neutralidade, praticada por Portugal por meio de seus diplomatas, procurava “minimizar o ônus que a aliança desenvolvia” com a Inglaterra pelo tratado de Utrecht, “jogando várias vezes com a alternativa de aproximação com os franceses” (NOVAIS, 1979, p. 49). Duas nações que a partir do século XVII se tornaram potências e acumulavam rivalidades no mundo ultramarino

¹⁰ Lilia Schwarcz (2002, p. 102) afirma que, no período pombalino, foram extintos 23 títulos de nobreza e concedidos 23 novos títulos.

¹¹ Os jesuítas representavam um empecilho para as reformas intentadas por Sebastião José de Carvalho e Melo (SCHWARCZ, 2002, p. 102).

Quero, Mando, Ordeno e é Minha Vontade, que nesta Minha Corte, e Cidade de Lisboa seja logo criada e erigida, como por esta sou servido criar, e erigir, uma Junta perpetua denominada REAL MESA CENSOREA ... "... exame, aprovação e reprovação dos Livros e Papéis, que já se acham introduzidos nestes Reinos, e seus Domínios; dos Livros e Papéis, que nele entrarem de novo, ou seja, pelos Portos do Mar, ou pelas Rayas Secas; dos Livros, e Papéis, que se pretendерem reeimprimir, posto que antes fossem estampados com Licenças; dos Livros e Papéis de nova composição; de todas as Conclusões, que se houverem de defender publicamente em qualquer lugar destes Reinos; e de tudo o mais, que pertence a estampa, impressão, Oficinas, Venda e Comércio dos sobreditos Livros e Papéis: Ordenando que nenhum Mercador de Livros, Impressor, Livreiro, ou Vendedor dos referidos Livros,e Papéis, ouse vender, imprimir e encadernar os sobreditos Livros, ou Papéis volantes por mí nimos, que sejam, sem aprovação, e licença da sobredita Mesa (*Registo..., 1768*).

Tais atitudes refletem também a tentativa do governo em investir na cultura do país. Felipe Matos ressalta que “o Estado precisaria mudar seu papel de agente econômico para o de agente cultural ou ao menos pedagógico” (2011, p. 312). Sobre a transformação cultural, Villalta destaca que à semelhança da Espanha e Itália, a ilustração portuguesa assumiu papel predominantemente católico, como relata no texto a seguir:

A partir do consulado pombalino, Portugal passou a consumir ideias da Ilustração, que se difundiram no país, ainda que num círculo social restrito, filtradas por elementos específicos da mentalidade luso-brasileira. À semelhança do sucedido na Itália e Espanha, países em que o catolicismo era muito forte, em território luso a Ilustração assumiu uma feição predominantemente católica (VILLALTA, 1999, p. 111).

Desta forma, ainda segundo Villalta, Portugal tenta harmonizar ‘elementos inconciliáveis’ como: fé e ciência, a tradição filosófica e a inovação racional e experimental (VILLALTA, 1999, p. 111). Sendo assim, uma das reformas feitas pelo ministro de D. José I, como já observado antes, é na própria Universidade de Coimbra, com “a criação de faculdades de Medicina, Matemática e Filosofia (esta ultima, em substituição ao colégio das artes, incluía a Física experimental, a Química e a História Natural)” (VILLALTA, 1999, p. 111-117).

Estas duas últimas disciplinas, Química e História Natural, tiveram como professor Domingos Vandelli (SERRÃO, 1994, p. 14-15). Este incentivará as “Viagens Filosóficas” e iniciará a difusão de obras por todo o domínio português a fim de instruir

os colonos a fazer crescer a economia local, ação intensificada no período em que D. Rodrigo de Sousa Coutinho se tornou ministro do Ultramar¹² (SILVA, 2014, p. 57).

Sobre D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro do Ultramar durante a regência de D. João VI, Villalta (1999) relata que, em seu período, foi dado continuidade a algumas ideias características do Reformismo do Ilustrado, apesar de alguns intelectuais se manterem distantes dos intuitos políticos de Pombal. Segundo Fernando A. Novais (1979, p. 233), D. Rodrigo de Sousa Coutinho é um teórico estadista que vai propagar o mercantilismo ilustrado português. Essa propagação dos ideais ilustrados mostra que nem tudo foi rompido no que se refere ao governo josefino, pois as medidas da reforma continuaram no reinado de D. Maria e na regência de D. João VI, que nomeou D. Rodrigo como ministro do Ultramar.

O ministro do Ultramar entre 1796 e 1801¹³ busca então alavancar a economia do império luso-brasileiro a partir de duas medidas que são apresentadas pela historiadora Maria de Lourdes Viana Lyra, que são: o programa de reformas, que traduzia o pensamento do Reformismo Ilustrado português; e a Casa Literária do Arco do Cego, que começou a funcionar no ano de 1798, arregimentando estudantes vindos do Brasil para a tradução dos estudos científicos e técnicos, produzidos nos países que a autora chama de “mais adiantados” (1994, p. 66-81).

No programa de reformas¹⁴ predominavam as “relações de interdependência e de reciprocidades”, para evitar conflitos e criar certa unidade entre a metrópole e a colônia. O objetivo de D. Rodrigo de Sousa Coutinho era agregar os portugueses nascidos nos domínios de Portugal (LYRA, 1994, p. 72).

Sobre o programa de D. Rodrigo, Kenneth Maxwell (2009, p. 329), ao tratar das propostas do ministro relativas a Minas Gerais, afirma que essas “faziam parte de um programa mais amplo que o ministro tinha de reconciliação imperial apresentado em 1798”. Luís Miguel Carolino (2014, p. 198) acrescenta que o ministro do Ultramar no período da regência de D. João VI “era admirador das ações reformadoras do marquês

¹² No Maranhão, temos como exemplo a expedição chefiada por Vicente Jorge Dias Cabral, advogado e naturalista que durante o governo de D. Diogo de Sousa percorreu o interior da capitania do Maranhão e Piauí à procura de salitre. Para Marcelo Cheche Galves (2017, p. 557), a participação de Cabral na expedição “Reforça a perspectiva de que D. Rodrigo, ao dar prosseguimento a uma política de desenvolvimento fundamentada no conhecimento científico”.

¹³ Em 1801, D. Rodrigo de Sousa Coutinho deixa o ministério e torna-se presidente do Real Erário.

¹⁴ Cabe lembrar que esse programa de reformas incluía a nomeação de governadores egressos de Coimbra, e afinados com a política de D. Rodrigo. É o caso do governador D. Diogo de Sousa, que assumiu a capitania do Maranhão em 1798 (SANTOS, 2013, p. 220-221).

de Pombal e sua política se baseou largamente na criação de instituições técnico-científicas”.

Carolino (2014, p. 203) relata ainda que D. Rodrigo sabia da importância de homens de ciências e técnicos; desta forma “dirige-se a Correia de Serra e dá notícias do seu desejo de recrutar gravuristas para fazer frente às limitações do reino”; sobre a Casa Literária do Arco do Cego, criada em 1799 e que será tratada com mais ênfase nos próximos capítulos, Diogo Ramada Curto (1999, p. 15) afirma que tal empreendimento tinha a dupla preocupação quanto a política externa e à organização dos saberes. Dessa maneira a Casa Literária serviu para agregar homens da América luso-brasileira e produzir/traduzir obras que pudessem auxiliar no crescimento econômico de Portugal e suas colônias.

Flavio Pereira Costa Junior (2016) apresenta D. Rodrigo como um estrangeirado¹⁵ e que “em sua administração como ministro estava cercado por um grupo de eruditos ilustrados formados segundo o princípio da univocidade da hierarquia burocrática” (2016, p. 33). O ministro escolheu para governar as capitâncias homens de letras, que pudessem atender a política de reformas que pretendia desenvolver em Portugal e suas colônias.

Esses governadores, segundo Nivia Pombo dos Santos, eram homens da década de 1750. Entre os oito capitães que ela analisou – incluindo D. Diogo de Sousa, governador da Capitania do Maranhão e Piauí¹⁶ entre 1798-1804 – sete passaram pela reformada Universidade de Coimbra; a exceção foi o governador da Capitania de São Paulo, Antonio de Melo e Sousa, que cursou Matemática na Academia Real da Marinha, mas que, segundo Santos, tinha os mesmos privilégios e prerrogativas da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra (SANTOS, 2013, p. 220-221).

A ideia do Ministro do Ultramar seria, como afirma Kenneth Maxwell, a de que “Luminozas reformas executadas por homens intelligentes, e capazes de formar systemas bem organizados, e cuja utilidade seja por todos sentida e experimentada poderiam superar os imensos problemas com que se defrontava o governo português” (MAXWELL, 2010, p. 325).

¹⁵ Segundo Villalta (1999), a primeira manifestação Ilustrada em Portugal veio dos estrangeirados, pessoas que, por motivo ou por outro, circularam no Alén-Pirineus, trazendo, ao retornarem, as ideias iluministas ou divulgando-as ainda no exterior.

¹⁶ Até 1811, os territórios do Maranhão e Piauí formavam uma única capitania.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, assim como o Marquês de Pombal, era um homem conchedor das ideias iluministas. A seus modos, os dois ministros incentivaram a produção de obras que pudessem ajudar na economia de Portugal e suas colônias. Pombal estimulou a produção de escritos, conforme Maria Moisés Ribeiro, sobretudo, a temas de interesse científico e prático (2015, p. 519).

Com D. Rodrigo, ministro do Ultramar entre 1796 e 1801, não foi diferente. Estimulou a produção/distribuição de livros que serviriam para agricultura e a exploração de minérios. Publicou ainda, as *Memórias económicas da academia* (NOVAIS, 1979, p. 282).

Pombal e Coutinho promoveram ainda outras formas de incentivo à ciência. O Marquês de Pombal, como já citado acima, escolhe Domingos Vandelli como professor da cadeira de História Natural; D. Rodrigo de Sousa Coutinho implementou um programa de reformas, norteado por características iluministas, como afirma Carolino (2014, p. 198):

O programa científico de D. Rodrigo era norteado por uma linha de força caracteristicamente iluminista. Consistia no entendimento de que ao Estado estava reservado um papel central na criação de infraestrutura que permitissem o desenvolvimento científico da sociedade e a emergência de homens de ciências que protagonizassem esse processo em prol do bem comum.

Pombal e Coutinho tinham suas ideias baseadas nos ideais iluministas, e eram favoráveis a uma política que tirasse Portugal do seu atraso em relação a outros países da Europa, sem, contudo, ferir os princípios monárquicos que regiam aquele país. Nívia Pombo dos Santos relata que, na virada do século XVIII para o XIX, no império português vivenciou-se “a crise ao seu modo, ‘às avessas’, uma vez que a Ilustração, ao contrário de servir para minar as bases do absolutismo monárquico, foi usada para reforço de vínculos com a monarquia e seus súditos” (2013, p. 122).

Esse reforço do vínculo entre monarquia e súditos pode ser observado na própria Real Mesa Censória, que controlava a circulação de livros em Portugal e suas colônias. Tal empreendimento, que substitui o Tribunal da Santa Inquisição, visava controlar a entrada de livros em Portugal, atribuição antes pertencente à Igreja. Porém, como descreve Ana Rosa da Silva, a Real Mesa Censória tinha como principal tarefa: “selecionar os livros nacionais e estrangeiros que podiam circular na metrópole e na

colônia”, e que, mesmo substituindo o Tribunal da Inquisição, o novo órgão continuava com “expressiva presença de clérigos” (SILVA, 2015, p. 442).

Com isso, apesar da liberação de livros seculares, havia restrição quanto aos conteúdos de críticas políticas. As permanências do Antigo Regime e dos clérigos na Real Mesa Censória indica que os ministros, apesar de terem sido influenciados pelo Iluminismo, não romperam com o governo absolutista e criaram reformas na política e na educação para que Portugal não se distanciasse dos países que abraçaram os ideais Iluministas.

1.3 A ciência na capitania do Maranhão

A política de reformas intentada por Portugal abrangia, evidentemente, o território colonial. A capitania do Maranhão e Piauí¹⁷ esteve nos planos reformistas dos ministros de Portugal, desde o Marquês de Pombal, com a criação da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, até D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que intentou reformas importantes para o crescimento da economia local.

Sobre o primeiro ministro, a criação da Companhia de Comercio do Grão Pará e Maranhão é destinada a apoiar os mercadores portugueses como relata Villalta (1999, p. 115-116):

Pombal criou empresas manufatureiras, administradas diretamente pelo Estado, e apoiou os mercadores portugueses, contra os intermediários, os contrabandistas e os mercadores ingleses, constituindo a Companhia do Grão Pará e Maranhão e a Companhia do Comercio do Pernambuco e Paraíba, que detinham o monopólio comercial, respectivamente, na região amazônica e no Nordeste brasileiro.

A política comercial de Carvalho e Melo como aponta Schwarcz (2002, p. 96), procurou “tornar o comercio mais rentável e ainda conseguir melhor proveito do ouro no Brasil”. Fora nesse período também que o movimento científico local se tornou mais significativo. Como retrata a mesma autora (SCHWARCZ, 2002, p.107), os “livros sobre ciências e tecnologia foram publicados, além de tratados e adaptações de manuais estrangeiros”.

¹⁷ No final do século XVIII, com as mudanças administrativas, o Maranhão passa a ser uma capitania em conjunto com o atual Estado do Piauí. Nesse trabalho, em especial, trataremos dessa capitania sem separar os territórios do Maranhão e Piauí.

No Maranhão Adriana Regina Oliveira Coelho (2018, p. 20) afirma que na virada para o Oitocentos não existia impressos na capitania, mas que

[...] De acordo com as recentes produções da História do Livro e da Leitura na América portuguesa e com base na documentação da Real Mesa Censória, o Maranhão já despontava entre aquelas capitarias com grande demanda de impressos da Corte (em Lisboa) para a Colônia.

Apesar do movimento científico estar presente com mais frequência em Portugal e seus domínios, a censura, praticada pela Real Mesa Censória¹⁸, não deixou de ser exercitada em terras lusas. Tal censura agora, como já observado, além de tratar de obras consideradas heréticas também proibiria a entrada de obras que fossem contra o regime de Portugal (SCHWARCZ, 2002, p. 108).

Um exemplo de prática censora no Maranhão é destacado por Villalta, no caso em que o ouvidor do Maranhão, Bruno Antônio de Cardoso Munhoz, em 1770, “comunicava a Real Mesa Censória a publicação de editais que proibiam os livros de *Madalena pecadora, amante e penitente* e a *Pastoral do Bispo de Coimbra*” (1999, p.118). Tais proibições, porém, já existiam no Maranhão desde antes da criação da Real Mesa; quando o governador do Estado do Grão Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Mello e Castro, “exigiu o uso de livros que consagrasssem o moderno método de ler e contar, e a nova gramatica” (VILLALTA, 1999, p. 119). Dessa forma Villalta (1999, p. 119) observa que o governo, além de proibir, dava sugestões de obras a serem remetidas para a capitania.

No entanto, a prática não era apenas de proibição de livros, há também o aproveitamento de alguns para a economia local. Segundo Marcelo Cheche Galves (2014, p. 124), em 28 de Julho de 1798 – já no ministério de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o governador D. Fernando de Noronha fez saber ao ministro que repartiu entre os habitantes do Maranhão noventa exemplares trazendo instruções da cultura e a manipulação do açúcar.

Marcelo Galves (2014) e Samara Ramos (2017) relatam que o mesmo governador envia ofício a D. Rodrigo com amostras de salitre, Tabaco e Quina. Destes produtos, vale destacar a procura pelo salitre, produto muito utilizado para o fabrico da

¹⁸ A Real Mesa Censória substitui a Santa Inquisição em 1769 (SCHWARCZ, 2002, p. 107).

pólvora, que fora encontrado no Maranhão, pouco depois, pelas expedições de Vicente Jorge Dias Cabral e o Vigário José Joaquim Pereira¹⁹ (RAMOS, 2017, p. 48).

Magnus Pereira (2014, p. 500) ressalta que D. Rodrigo tinha o interesse de resolver a dependência portuguesa da importação da potassa e do salitre. A potassa era matéria-prima ““essencial para, além do vidro e do sabão, o branqueamento de tecidos, de papel, do açúcar, e no preparo de medicamentos e tinturas””; já salitre, era estratégico, “em decorrência, na complexa conjuntura bélica do período, a autossuficiência na produção de pólvora de boa qualidade era considerada essencial à manutenção da soberania nacional portuguesa na Europa e nas colônias” (PEREIRA, 2014, p. 500)

Na capitania do Maranhão e Piauí, segundo Ramos (2017, p. 49), os sertanejos denominavam salitre todo sal que não tivesse utilidade doméstica. Tal falta de distinção entre o salitre e qualquer outro tipo de sal pode ser vista pela ausência de conhecimento científico dos agentes envolvidos nesses relatos. No entanto, os dois naturalistas tinham conhecimentos das ciências naturais, fato que permitiu melhor caracterização dos sais encontrados. Vicente Jorge Dias Cabral, por exemplo, era advogado e naturalista²⁰ e o Vigário de Valença²¹, como relata Samara Ramos (2017, p. 45), tinha conhecimento sobre Química, História Natural e outras ciências.

Samara Ramos destacou ainda a descoberta da *quina*, feita por esses dois viajantes. O uso dessa planta, para o Vigário de Valença, desenvolveria a medicina de Portugal podendo o mesmo país concorrer com os demais da Europa (AHU-MA, D. 9555, *Oficio...*). A descoberta desses produtos no Maranhão incrementaria a economia local, que já tinha o algodão e o arroz como principais produtos desde que o Marquês de Pombal tornou-se ministro do rei D. José I.

Estes dois últimos produtos sustentaram o crescimento populacional de São Luís durante a política pombalina, como descreve Regina Faria (2007, p. 39):

A política pombalina e a expansão manufatureira na Europa imprimiram outra dinâmica à vida econômica e social do Maranhão [...]. A expansão e a agroexportação de algodão e arroz demandou a

¹⁹ Segundo descreve Samara Ramos (2017, p. 48), a expedição de Vicente Jorge Dias Cabral encontrou salitre em pouca quantidade.

²⁰ Vicente Jorge Dias Cabral (*Collecção...*, 1803, fl. 3-4) relata que exercia a função de advogado quando fora chamado no Maranhão para participar da viagem exploratória, e que teve que voltar aos estudos de naturalista para poder desenvolver melhor o seu serviço.

²¹ Segundo Flávio Pereira Costa Junior (2016, p. 49), Joaquim José Pereira, como era seu nome, é chamado assim por ser pároco de Valença, no Piauí.

vinda de números trabalhadores africanos escravizados, atraiu imigrantes de Portugal e de Açores e multiplicou o pedido de doação de terras à Coroa, para o estabelecimento de fazendas agrícolas.

Regina Faria (2007, p. 40) relata ainda que com esse crescimento demográfico D. Diogo de Sousa solicita ao ouvidor geral da capitania do Maranhão, Henrique de Mello Coutinho Vilhena, a elaboração de um ‘plano de polícia’[...]. Tal plano, segundo a mesma autora, era para combater o enorme número de “‘vagabundos, ociosos e vadios, que giram em torno do continente do estado, confiados na impunidade de seus crimes, com esperança certa de fuga’” (2007, p. 40).

Porém, não foi só um ‘plano policial’ que o aumento populacional/incremento econômico proporcionou para São Luís. Também potencializou o acesso a Universidade de Coimbra, por intermédio de bolsas de estudos, como mostra Flávio Pereira Costa Junior (2016, p. 77).

No final do século XVIII, a Coroa fomentará também a atribuição de bolsas, e isto tinha por finalidade permitir a estes indivíduos integrar-se à máquina burocrática do Império, além de, em alguns casos, ajudar na reestruturação econômica das diversas regiões na América portuguesa.

O trânsito de estudantes da Universidade de Coimbra pode ser compreendido como um dos fatores que impulsionou a circulação de livros entre Portugal e Maranhão. Como descrevem Marcelo Cheche Galves e Romário Basílio, em *Saberes em Circulação na América Portuguesa*:

Na perspectiva aqui assumida, os registros da circulação de impressos entre Lisboa e São Luís transparecem a variedade de interesses que motivaram deslocamentos para a cidade de São Luís naquele momento: transferências de funcionários régios; fugas motivadas pela presença francesa; ação de clérigos na difusão de Bíblias, Horas Marianas ou Folhinhas de Reza; práticas comerciais que compreendiam um catálogo variado¹⁷; e a presença de estudantes em Coimbra. Assim, habitava a “ilha de letrados” não apenas uma elite erudita, mas uma parcela mais ampla da população, que por razões diversas, lia (2014, p. 162).

Romário Sampaio Basílio (2014, p. 38-39) transcreve e analisa 336 requisições de remessas de livros de Portugal para o Maranhão e Piauí, submetidas a Real Mesa Censória entre os anos de 1776 e 1826. Nesse trabalho, observa que a capitania tinha o quarto maior número de requisições e era a quarta maior em número de habitantes. O mesmo autor aponta também para “a proximidade do Maranhão com

Portugal durante todo o Setecentos e Oitocentos, e a presença de grandes mercadores portugueses na praça de São Luís”, como outros fatores determinantes para o envio de livros de Lisboa para a capitania (BASÍLIO, 2014, p. 39).

Podemos observar então que os crescimentos econômicos e demográficos fizeram crescer o envio de livros para a capitania, em especial para a capital São Luís. No tempo aqui analisado, D. Rodrigo de Sousa Coutinho é ministro do Ultramar (1796-1801) e D. Diogo de Sousa, governador da capitania do Maranhão e Piauí (1798-1804).

CAPÍTULO 2. LIVROS REMETIDOS PARA O MARANHÃO

O Reformismo Ilustrado, como já ressaltado, valia-se da premissa da ciência como mecanismo de desenvolvimento econômico, capaz de tirar Portugal do “atraso”, em relação a outros países europeus. Nesse sentido, conviveram medidas de controle e incentivo a circulação de obras em todo o domínio português.

Neste capítulo, o foco recairá sobre dois conjuntos de registros da circulação de impressos em territórios luso-brasileiros: da Real Mesa Censória, responsável pelo controle de obras produzidas e enviadas para Portugal e suas colônias; e da Casa Literária do Arco do Cego, criada com o intuito de produzir/traduzir obras que pudessem auxiliar na exploração de produtos naturais e na descoberta de novas riquezas. Como já observado, a Casa Literária do Arco do Cego não estava sob o crivo da Real Mesa Censória, os dois documentos fazem parte de conjuntos documentais diversos, preservados, respectivamente, pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

Além das obras em circulação, darei atenção aos remetentes e procuradores, agentes responsáveis por essa circulação.

2.1. A Real Mesa Censória e a Casa Literária do Arco do Cego

Embora Portugal tenha seguido, a partir do ministério de Sebastião José de Carvalho e Melo, uma linha de ação articulada à concepção de “luz natural da razão” (FALCON, 2002, p. 35), a nação diminuiu os poderes da Igreja, vistos como impeditivo para o crescimento científico e um dos responsáveis pelo “atraso” de Portugal diante de outras nações que estavam se modernizando.

Para que isso acontecesse, além de expulsar os jesuítas, Pombal adotou medidas em certo sentido modernizantes. No âmbito do controle dos livros, laicizou a prática: substituiu o Tribunal da Inquisição pela Real Mesa Censória.

Ana Rosa da Silva observa que a criação da Real Mesa Censória tinha como principal tarefa: “selecionar os livros nacionais e estrangeiros que podiam circular na metrópole e na colônia”, e que, mesmo substituindo o Tribunal da Inquisição, o novo órgão continuava com “expressiva presença de clérigos” (SILVA, 2015, p. 442). Se os

livros seculares ganhavam espaço, os títulos com conteúdo de crítica política permaneceram restritos.

Não queremos, contudo, tratar dos livros que foram proibidos por este órgão censor, mas sim debater sobre os que circularam na capitania do Maranhão no período de 1796 a 1804. Antes, é necessário salientar o trabalho desenvolvido por Romário Basílio (2014), que transcreveu e analisou os registros da Real Mesa Censória, referentes ao envio de livros de Portugal para o Maranhão, entre 1776 e 1826.

Entre outros méritos, o trabalho identificou elementos característicos dessa documentação, que podem nos ajudar a analisar as remessas de livros científicos para o Maranhão, são eles: o requerente, aquele que solicita o despacho dos livros; o procurador, responsável pela “entrada em processos ou mesmo em negócios que lhes fossem de interesse” (2014, p. 44). O autor observa ainda que, em muitos casos, os procuradores eram os próprios mercadores, o que detalharei mais adiante, a partir dos exemplos de circulação de livros científicos. Para esse estudo, centrado nas obras caracterizadas como “científicas”, saliento a importância dos títulos / autores, em sua articulação com elementos-chave para o desenvolvimento da economia local, como o aprimoramento de produtos já cultivados ou extraídos na capitania.

O período de 1796 a 1801 é o momento em que Portugal tem como ministro do Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. E é nesse período que a difusão de impressos será incrementada, como parte de um processo de modernização da política portuguesa. Como já destacado, entre as medidas tomadas por D. Rodrigo, duas merecem especial atenção aqui: o programa de reformas, que traduzia o pensamento do Reformismo Ilustrado português; e a Casa Literária do Arco do Cego, que começou a funcionar no ano de 1798, arregimentando estudantes vindos do Brasil para a tradução dos estudos científicos e técnicos, produzidos nos países que a autora define como “mais adiantados” (LYRA, 1994, p. 66-81).

No programa de reformas²², predominava as relações de interdependência e de reciprocidades para evitar conflitos e criar certa unidade entre a metrópole e a colônia. O objetivo de D. Rodrigo de Sousa Coutinho era agregar os portugueses nascidos nos domínios de Portugal (LYRA, 1994, p. 72).

²² Cabe lembrar que esse programa de reformas incluía a nomeação de governadores egressos de Coimbra, e afinados com a política de D. Rodrigo. É o caso do governador D. Diogo de Sousa, que assumiu a capitania do Maranhão em 1798.

Com esse intuito, D. Rodrigo criou a Casa Literária do Arco do Cego. A autora observa que nesse estabelecimento, comandado pelo frei José Mariano da Conceição Veloso, reuniram-se estudantes de Coimbra que vieram do Brasil e se ocuparam da tradução de estudos avançados sobre agricultura, ciências e artes (LYRA, 1994, p. 83).

O brasileiro José Feliciano Fernandes Pinheiro, citado por Margarida Ortigão Ramos Paes Leme em *Um breve itinerário editorial: do Arco do Cego à impressa Régia*, observou que “todo programa editorial posto no Arco do Cego contava com a destacada participação de certa intelectualidade brasileira” (PINHEIRO, 1844, s/n apud LEME, 1999, p. 81). Tal atitude visava não somente aumentar a produção de livros traduzidos por estes intelectuais, mas também a aproximação de Portugal com suas colônias, a fim de responder uma “política – pessoal ou familiar – promovida por D. Rodrigo de Sousa Coutinho” (CURTO, 1999, p. 49).

Tal empreendimento ainda evidencia como se deu o programa de reformas estabelecido por Sousa Coutinho, que pretendia, segundo os “princípios de uniformidade”, provar a todos os portugueses nascidos nos quatro cantos do império a importância de fazer parte “da glória e grandeza a que tem a fortuna de pertencer” (LYRA, 1994, p. 72). Segundo Diogo Ramada Curto (1999, p. 26-27), estes princípios poderiam fazer com que Portugal tivesse “peso na balança política da Europa”.

Dessa maneira, a Casa Literária criada em 1799 exemplifica bem, ainda segundo Curto, a dupla preocupação quanto à política externa e à organização dos saberes (1999, p. 15), indicativo de que a tipografia contribuiu muito para certa integração entre metrópole e colônia.

A Real Mesa Censória, fundada em 1768, e a Casa Literária do Arco do Cego, de 1799, produziram registros importantes para os estudos sobre produção, circulação e venda de impressos nos domínios portugueses e, por conseguinte, para o Maranhão (GALVES, 2014; COSTA JÚNIOR, 2016). Em seus trabalhos, Galves e Costa Junior citam algumas obras impressas em Portugal e vendidas na capitania à época em que D. Diogo de Sousa fora governador da capitania. Dentre as obras citadas, destaca-se aquela feita pelo frei Veloso: *O Fazendeiro do Brasil*. Tal obra possuía onze volumes, sendo o primeiro publicado no Arco do Cego, em 1801. Os demais volumes

foram publicados em várias outras tipografias que existiam em Portugal, como as pertencentes a Simão Tadeu e Antônio Rodrigues Galhardo (LEME, 1999, p. 79).

Antes de prosseguir, cabe registrar a importância do trabalho de Gilda Verri (2006), sobre a presença de livros de Ciências Naturais na capitania de Pernambuco²³, na virada para o Oitocentos. Para os anos de 1796 a 1803, a autora identificou 62 títulos considerados como de Ciências Naturais, remetidos de Lisboa para a capitania de Pernambuco. Entre os títulos / autores localizou obras de referência, como o já citado *O fazendeiro do Brasil*, do Frei José Mariano da Conceição Veloso, e o *Sistema Natural*, de Carlos Lineu, também em circulação no Maranhão. Certa similitude também ocorre em relação ao que caracterizou como “solicitantes”²⁴, dentre eles, importantes livreiros portugueses, como a firma Borel, Borel & Cia, também atuante no envio de livros para o Maranhão.

Nesse trabalho, Gilda Verri (2006) se utiliza da nomenclatura de François Furet para classificar os livros. No caso dos livros apresentados no Anexo I, estão classificados como “4B3”, indicativos de assuntos referentes a ciências naturais: Botânica, Mineralogia, Zoologia e Química. A autora se vale também da localização dos arquivos onde se podem encontrar estes livros. Por exemplo: BNP significa que o livro podem ser encontrado na Biblioteca Nacional de Portugal e BNF/CCfr significa que um exemplar do livro esta localizado na Biblioteca Nacional da França, Paris, Catálogo Coletivo.

Inspirado nesse levantamento produzido por Gilda Verri, apresento os dados a seguir, referentes aos livros científicos remetidos para a capitania do Maranhão, entre 1796 e 1804²⁵:

Tabela 1 - Remessa de livros para o Maranhão (1796-1804)

DOCUMENTO	ANO	REMETENTE	PROCURADOR	TITULO
65 Fl 1/ Fl1. 2 D	1799	Ignacio Rafael Gomes da Silva	João Joze Berreirud	Baumare,, Dictionnaire d'Histoire Naturelle 8° !5 vol Par. 1792]
DOCUMENTO	ANO	REMETENTE	PROCURADOR	TITULO
65 Fl 1/ Fl1. 2 D	1799	Ignacio Rafael Gomes da Silva	João Joze Berreirud	Linnoi,, Systema Naturo 8°, 8 vol. Coimbra 1793

²³ Trata-se de uma pesquisa mais ampla, explorada aqui sob o viés das obras consideradas como de Ciências Naturais.

²⁴ Para a relação completa, vide Anexo I.

²⁵ Com base em documentação já transcrita, da ANTT, Real Mesa Censória (caixa 159).

DOCUMENTO	ANO	REMETENTE	PROCURADOR	TITULO
65 Fl 1/ Fl1. 2 D	1799	Ignacio Rafael Gomes da Silva	João Joze Berreirud	Barjona, Metallurgia 8°, Coimbra 1798. <i>Metallurgiae elementa, quae amplissimi philosophici ordinis iussu ad usum academicum / elucubravit Emmanuel Iosephus Barjona. Conimbriceae: Typis Academicis, 1798. - 302 p.</i>
DOCUMENTO	ANO	REMETENTE	PROCURADOR	TITULO
65 Fl 1/ Fl1. 2 D	1799	Ignacio Rafael Gomes da Silva	João Joze Berreirud	Forercroy, Chymie 8° 6 vol. Paris 1791.
DOCUMENTO	ANO	REMETENTE	PROCURADOR	TITULO
77 Fl. 1	1799	Ingnacio Rafael Gomes da Silva	João Joze Berreirud	CHIMICA DE BAUMÉ Chymie expérimentale et Chymie expérimentale et raisonnée, par M. Baumé
DOCUMENTO	ANO	REMETENTE	PROCURADOR	TITULO
77 Fl. 1	1799	Ignacio Rafael Gomes da Silva	João Joze Berreirud	AGRICULTURA DE DUHAMEL École d'Agriculture 1759.
DOCUMENTO	ANO	REMETENTE	PROCURADOR	TITULO
115 Fl. 1/ Fl 1.2 D	1801	Marcos Joze de Mattos	Borel, Borel e Cia	ELEMENTOS DE BOTANICA POR BROTTERO <i>Compêndio de Botanica/ Felix Avellar Brotero, - Lisboa: Casa de Paulo Martins, 1788.- 2v.: il.: 21 cm [[Titulo solicitao: Elementos de historia natural]]</i>
DOCUMENTO	ANO	REMETENTE	PROCURADOR	TITULO
115Fl 1/ Fl 1.2 D	1801	Marcos Joze de Mattos	Borel, Borel e Cia	FAZENDEIRO DO BRASIL <i>Fazendeiro do Brasil/ frei José Mariano da Conceição Veloso- Lisboa: Typ. Arco do Cego, 7vol. 8°.</i>
DOCUMENTO	ANO	REMETENTE	PROCURADOR	TITULO
115Fl 1/ Fl 1.2 D	1801	Marcos Joze de Mattos	Borel, Borel e Cia	ARTE DO CARVOEIRO <i>Arte do Carvoeiro ou Methodo de Fazer Carvão de Madeira/ Duhamel du Monceau- Lisboa: Typ. Arco do Cego. Tradução: frei José Mariano da Conceição Veloso.4°</i>
DOCUMENTO	ANO	REMETENTE	PROCURADOR	TITULO
115Fl 1/ Fl 1.2 D	1801	Marcos Joze de Mattos	Borel, Borel e Cia	CONSIDERAÇOES CANDIDAS SOBRE O COMERCIO DO ASSUCAR <i>Considerações cándidas e imparciais sobre a Natureza do comercio do Açucar. Conciderações candidas e imparciaes sobre a Natureza do commercio do Assucar: e importânciаa compartiva sobre as</i>

				ilhas britanicase francezas da Indias occidentaes, nas quaes se estabelece o valor e consequências das ilhas de santa Luzia e granada/ tralasdadas do inglês debaixo dos Auspicios, e Ordem de S. Alteza real,o príncipe regente nosso Senhor por Antonio Carlos Ribeiro de Andrade formado em leis, e bacharel e Philosophia;publicadas por frei Joze Mariano Veloso.- Lisboa: na Off.da Casa Literária do Arco do Cego,1800.- [4], 210 p. ;4° (20 cm)
DOCUMENTO	ANO	REMETENTE	PROCURADOR	TITULO
115Fl 1/ Fl 1.2 D	1801	Marcos Joze de Mattos	Borel, Borel e Cia	TRATADO DO MELHORAMENTO DA NAVEGAÇÃO POR CANAES Tratado por melhoramento da navegação por canaes... : com reflexões e desenhos para aqueductos e pontes de ferro, e madeira: ilustrado com XVIII estampas/ escrito na língua inglesa por Roberto Fulton, Engenheiro Civil: e traduzido para a portuguesa... por Antonio Carlos Ribeiro de Andrade Machado da Silva... ; publicado por Fr. Joze Mariano Velloso. – Lisboa: na Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800. – [15, 1 br.],114, [18] f. il. ; 4° (25 cm)
DOCUMENTO	ANO	REMETENTE	PROCURADOR	TITULO
115Fl 1/ Fl 1.2 D	1801	Marcos Joze de Mattos	Borel, Borel e Cia	ENSAIO ECONOMICO SOBRE O COMERCIO DE PORTUGAL E SUAS COLONIAS <i>Ensaio econômico sobre o comercio de portugal e suas colinias/ José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho- Lisboa: Typ. Academia Real das Ciências, 1794.</i> 4°
DOCUMENTO	ANO	REMETENTE	PROCURADOR	TITULO
122 Fl 1/123 Fl 1	1801	Joaquim Peixoto da Costa	Viuva Bertand e Filho	Recreação Filosofica <i>Recreação filosofica, ou, Dialogo sobre a filosofia natural, para instrucção de pessoas curiosas, que não frequentarão as aulas / pelo P. Theodoro d'Almeida- Lisboa: Regia Officina Typografica. 8° 12 vol 1800</i>
DOCUMENTO	ANO	REMETENTE	PROCURADOR	TITULO

150 Fl 1/Fl 1.2 D	1802	Manoel Dias da Cruz	Manoel Dias da Cruz	BRISSON, Mathurin Jacques. <i>Elemens ou principes physico-chymiques, destinés à servir de suite aux "principe de physique": à l'usage des Ecoles Centrales..</i> Mathurin Jacques Brisson. 2.e édition revue, corrigé et augmentée par l'auteur. [S.l.: s.n., 17--]. - v.
DOCUMENTO	ANO	REMETENTE	PROCURADOR	TITULO
165 Fl 1/Fl1.2	1802	Antonio Joaquim de Araujo	Antonio Joaquim de Araujo	FOURCROY, A.F., 1755-1809 <i>Philopie chimique: ou vérités fondamentales de la chimie moderne, disposées dans un nouvel ordre/ A.F. Fourcroy, Nouvelle édition, augmentée de notes ed d'axiomes tirés des dernières découvertes/ par J.B. Van Mons. Bruxelles: chez Emmanuel Flon, 1794. -1 v.; in-8 [[Ed. Enviada: Paris, 1795]]</i>

Fonte: ANTT. Fundo Real Mesa Censória, caixa 159.

Como já observado, a classificação para os livros da Tabela 1 tomou como referência os mesmos critérios utilizados por Gilda Verri (2006), abrigados sob o código “4B3”. No entanto, apresentam alguns elementos que diferem da autora, especialmente a inclusão dos remetentes e dos procuradores. Tais elementos nos ajudaram a compreender melhor como se deu a inserção destes livros no Maranhão. Abaixo, transcrevo um extrato da documentação, para evidenciar o seu potencial de pesquisa:

Concedem Licença Lx^a 11 de feverº 17
 Senhora
 Diz Ignacio Rafael Gomes da Silva
 Que elle pertende remeter para o Maranhão
 Os Livros do Rol incluzo; E como o não pode fazer sem licença de V.
 Magde
 P.A.V. Magde seja servida lha lha dta Licença
 E.R.Me
 Como procurador
 Joao joze Barreirud

Os Livros que Ignacio Rafael Gomes da Silva remete para o Maranhão
 Baumare,, Dictionare d'Histoire Naturelle 8º 15 vol Par. 1792]
 Linnoi,, Systema Naturae 8º, 8 vol. Coimbra 1793
 Barjona,, Metallurgia 8º, Coimbra 1798

Forercroy,, Chymie 8° 6 vol. Paris 1791

Joao joze Barreirud (ANTT, cx. 159)

O documento apresenta uma lista de livros solicitados, junto a Real Mesa Censória, para serem remetidos à capitania do Maranhão, quatro ao todo; seu remetente é Ignacio Rafael Gomes da Silva, que se vale de um procurador, João Joze Barreirud, conhecido livreiro da praça de Lisboa. Como já observado, o procurador era o responsável pela “entrada em processos ou mesmo em negócios que lhes fossem de interesse” (BASÍLIO, 2014, p. 44).

A presença de livros de autores renomados na época como Lineu, Baumare ou Bomare e Fourcroy pode evidenciar que Ignacio Rafael era conhecedor das principais referências para as Ciências Naturais daquele período. Ciências que se faziam presentes em diversas regiões do continente europeu, e que em Portugal ganhavam espaço. Como observado por Magnus Roberto de Mello Pereira e Ana Lucia Rocha Barbalho da Cruz (2011, p. 241):

O estágio de desenvolvimento da física, da matemática, da química, da astronomia e das ciências correlatas às ciências da natureza permitiu que, no século XVIII, a Europa se voltasse, em escala nunca dantes verificada, para o re-conhecimento do mundo a partir da perspectiva da, assim chamada, filosofia natural, na qual a taxonomia lineana ocupou um espaço central. Portugal não ficou alheio a esse movimento e desencadeou um esforço monumental para superar sua reconhecida defasagem em relação aos demais países da Europa.

Para os livros impressos na Casa Literária do Arco do Cego, tomei como referência material publicado por Marcelo Cheche Galves (2014) e Flávio Pereira Costa Júnior (2016), a ser analisado no próximo capítulo, em que também se fará uma análise dos autores/obras que circularam no Maranhão.

O que podemos afirmar até aqui, é que os registros da Real Mesa Censória e da Casa Literária do Arco do Cego oferecem um lugar privilegiado para a apreensão dos livros em circulação à época pela capitania do Maranhão. Por esses registros, transparecem indícios da integração da capitania ao programa de reformas instituído por D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

2.2 Dos remetentes e procuradores

No período em que D. Rodrigo é ministro do Ultramar, a Real Mesa Censória continua a controlar os livros que passam por Portugal e seus domínios. Nesse tempo não havia lojas específicas para a venda de livros na capitania do Maranhão. Os títulos poderiam ser adquiridos em boticas ou na Casa dos Correios (COSTA JUNIOR, 2014, p. 63; 69). Sobre o envio de livros científicos de Portugal para o Maranhão identifiquei, entre remetentes e procuradores que se utilizaram dos requerimentos junto a Real Mesa Censória para o envio de livros às capitâncias, grandes livreiros e também personagens pouco conhecidos nesse mercado.

Dentre os requerimentos analisados na caixa 159 da Real Mesa Censória, entre os anos de 1796 e 1804, quinze registraram “livros científicos”, número que aponta para certa influência da política de D. Rodrigo de Sousa Coutinho na capitania do Maranhão. No entanto, não foi encontrado ainda algum registro sobre os destinatários desses livros, mas os procuradores e remetentes nos ajudam a entender como os impressos chegavam ao Maranhão.

Os dois principais remetentes de livros científicos para o Maranhão foram: Ignacio Rafael Gomes da Silva, Marcos José de Mattos e Joaquim Peixoto da Costa. Sobre o primeiro, não foram encontradas informações sobre sua moradia ou profissão, porém, os livros que remeteu para o Maranhão apontam para uma familiaridade com os principais autores do período, especialmente químicos e botânicos, como: Bomare, Carlos Lineu, Barjonas, Fourcroy, Baumé e Duhamel. Esses autores tiveram grande importância para a ciência que se desenvolveu no século das Luzes e serão retomados no próximo capítulo, dedicado aos títulos trazidos para a capitania. Registre-se ainda que os livros remetidos por Ignacio Rafael Gomes da Silva tinham como procurador Jean Joseph Barneoud²⁶, livreiro francês que se estabeleceu em Portugal no século XVIII e que junto a outros livreiros estrangeiros ocuparam importante espaço no comércio de impressos (DOMINGOS, 2000, p. 83).

²⁶ No documento da Real Mesa Censória, caixa 159, seu nome aparece traduzido como João José Barneoud.

Ignacio Rafael vale-se de Barneoud como seu procurador, o que pode significar que se trata de uma pessoa não especializada no mercado de livros²⁷, assim como Marcos José de Mattos, nosso próximo remetente, que tem como procurador a empresa Borel, Borel & Companhia. O nome de Marcos José de Mattos aparece em uma documentação de uma companhia de seguros de 1812, chamada *Rectidão*. Nela, exerce o cargo de Diretor da Companhia junto com outros dois nomes: José Joaquim da Costa Silva e Filho e Bento Antonio de Andrade.

Esta companhia tinha como atividade “todos os riscos Marítimos individuados nas suas apólices cujas clausulas ficão ao aprazamento dos contraentes”,²⁸. Sua duração foi de cinco anos e seus diretores participaram de outra companhia de seguros, a *Restauração*, cuja atividade era a mesma da companhia anterior. O intervalo do término de uma e início de outra é de apenas 2 dias, pois a *Rectidão* tem suas atividades encerradas no dia 24 de março de 1817 e a *Restauração* inicia seus trabalhos em 26 de março do mesmo ano²⁹.

Além desses registros, Mattos é citado por Carlos Guimarães da Cunha (2014, p. 194-196), em *Negociantes, mercadores e traficantes no final da monarquia absoluta*. Aqui, Marcos José de Mattos aparece como consignatário, por três vezes, em documentações analisadas por Cunha, duas dessas referências são registros do *Correio Mercantil e Econômico de Portugal*, que o indicam transportando mercadorias com origem na capitania do Maranhão.

Tal documentação ainda aponta para a localização de origem ou de atuação desse negociante: a comarca de Faro, na antiga província de Algarve. Ainda que de posse de poucas informações, é certo que este negociante mostrava-se ser um homem de negócios diversos, que trabalhara com atividades portuárias: os livros que solicita para o Maranhão apontam para sua participação nesse comércio na capitania. Os principais autores dos livros por ele remetidos são: Felix Avelar Brotero, frei Veloso e

²⁷ Segundo Romário Basílio, em *Impressos e mercadores ao mar: Luzes e sombra entre Portugal e o Maranhão (1768-1826)*, “no caso da Maranhão, os livreiros que já eram conhecidos na futura Corte e em outras capitarias, eram os que estabeleciam conexões com os mercadores não especializados localmente” (2014, p.48).

²⁸ Para essas informações, ver Licença do Desembargo do Paço, concedida pelo provedor Antonio Cordeiro de Araujo Feio em 23 de Dezembro de 1811. Biblioteca Nacional de Portugal (BNP).

²⁹ Sobre a Companhia de Seguros *Restauração*, ver *Dicionário de História empresarial portuguesa, século XIX e XX* (2014).

Duhamel. Com exceção do livro de Brotero³⁰, todos os outros títulos foram publicados pela Casa Literária do Arco do Cego, diferente das remessas de Ignácio Rafael Gomes, de títulos publicados em outros idiomas, por conseguinte, não impressos pela Casa Literária do Arco do Cego.

Seu procurador, a empresa Borel, Borel & Companhia, que na época do requerimento tinha como sócio majoritário Diogo Borel, fazia parte de um seletí grupo de mercadores de livros que também vieram da França e se estabeleceram na Rua Direita das portas de Santa Catarina, no Bairro do Rocio, em Lisboa (CURTO, 2007, p. 81). A sua importância é lembrada por Maria Beatriz Nizza da Silva, no livro *Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis*, ao afirmar que o livreiro, assim como a viúva Bertrand – que também aparece como procuradora de Joaquim Peixoto da Costa em requerimento de 1801 –, procurava comercializar uma variedade de livros a fim de atender a todos os gostos (2013, p. 274).

Sobre Joaquim Peixoto da Costa não encontrei registros sobre sua vida. Um dos livros que remete para o Maranhão em 1801, *Recreação Filosófica*, aponta para vínculos com a Filosofia Natural, que compreendia à época estudos de Física experimental, Química e História Natural (VILLALTA, 1999, p. 111-117)³¹.

Além dos três remetentes supracitados, os registros apontam para outros dois personagens, que não se valeram de procuradores para a remessa de livros: Manuel Dias Cruz e o Desembargador Antonio Joaquim de Araújo.

Nota-se aqui, que o envio de livros sem a participação de um procurador era usual. Como destaca Romário Sampaio Basílio:

Do Porto, de Coimbra e de Lisboa, principalmente da última, os remetentes também se tornavam destinatários e, mesmo em transações não comerciais, como transferências de bibliotecas de estudantes ou de funcionários régios de volta a Portugal, assinavam petições com vista a receberem as já conhecidas liberações da censura (2014, p. 48).

³⁰ A obra de Felix Avelar Brotero, *Compendio de Botânica*, que aparece nos registros da Real Mesa Censória, tem sua publicação na Casa de Paulo Martins datada de 1788, em Lisboa. Portanto, é anterior à Casa Literária do Arco do Cego.

³¹ Cabe lembrar que tais disciplinas poderiam também auxiliar nas viagens exploratórias, por quanto, Domingos Vandelli professor de História Natural incentivará as “viagens filosóficas” que tinham como objetivo explorar as terras que estavam sobre o domínio português. Todos os viajantes de inicio eram “recém egressos da Universidade de Coimbra” e estudaram História Natural com Vandelli (PEREIRA; CRUZ, 2011, p.242).

A movimentação não comercial pode ter ocorrido principalmente no caso de Antonio Joaquim de Araújo, que se deslocara para a capitania do Maranhão no final do século XVIII, para ocupar o cargo de desembargador na capitania. Cabe lembrar, com Marcelo Cheche Galves e Romário Sampaio Basílio (2014), que as razões para a circulação de livros entre Portugal e Maranhão ultrapassavam a dimensão comercial: deslocamentos de estudantes da Universidade de Coimbra; de funcionários régios, nomeados ou transferidos, da ou para a capitania; e de portugueses atraídos para a vida em colônia, por motivações comerciais ou acesso a terras, estiveram entre as motivações, identificadas pelos autores.

A política de D. Rodrigo de Sousa Coutinho caracterizou-se pela crença de que a cultura tecno-científica, disseminada na colônia por meio de livros e folhetos, contribuiria para o desenvolvimento de suas produções naturais (SILVA, 2013, p. 76). A vinda de livros para o Maranhão transparece a inserção da capitania no programa de reforma do ministro do Ultramar nos anos de 1796-1801. Os títulos localizados nessa pesquisa estão entre aqueles que ajudaram a modernizar a ciência do século XVIII. Seguramente, pela forma como esses registros transparecem na documentação (eventualmente, em mau estado de conservação), outros títulos que poderiam ser caracterizados como “científicos” não puderam ser identificados como tal. No próximo capítulo, farei algumas considerações sobre os títulos cuja identificação foi possível, incluído seus remetentes.

CAPITULO 3. LIVROS CIENTÍFICOS NO MARANHÃO

No capítulo anterior, observamos como a circulação de livros científicos revelava certos indícios da política do reformismo ilustrado, no período em que D. Rodrigo de Sousa Coutinho se tornou ministro do Ultramar. Segundo nessa mesma linha de raciocínio pretende-se evidenciar aqui outros fatores que contribuíram para o aumento da presença dessas obras em São Luís. Tais fatores tornaram-se importantes com a chegada do governador D. Diogo de Sousa (1798) e a difusão da política de reformas. São eles: a criação da Casa dos Correios, em 1798, e a expedição exploratória chefiada por Vicente Jorge Dias Cabral, iniciada no ano seguinte, questões a serem exploradas inicialmente nesse capítulo, para depois apresentar mais detalhadamente alguns autores/títulos em circulação na capitania.

3.1 O governo de Dom Diogo de Sousa e o fomento à ciência

D. Diogo de Sousa foi empossado no dia 3 de outubro de 1798 para substituir D. Fernando Antônio Soares de Noronha (GALVES, 2014, p. 124). Formado em Filosofia e Matemática na Universidade de Coimbra, tinha o perfil desejado para a política de reforma que o ministro do ultramar pretendia desenvolver. Segundo Alex Gonçalves Varela (2013, p. 17 apud GALVES, 2014, p. 124), a escolha de um homem da academia tinha um claro objetivo: “tratava-se de estabelecer a associação entre os ‘homens da política’ e os ‘homens da ciência’”.

Sobre o mesmo assunto, Flávio Pereira Costa Júnior observa que se tratava de: “indivíduos letRADOS que valorizavam o conhecimento científico” (2016, p. 10). Tal valorização parece ter uma relação direta com a entrada de livros científicos na capitania, hipótese explorada nesse trabalho.

Ainda sobre algumas medidas de fomento à ciência tomada pelo governador, registre-se a tentativa de criação, em 1800, de uma cadeira de História Natural e Química (AHU-MA, D. 8.767, *Ofício...*). Porém, não há indícios de que essa cadeira tenha sido implementada.

De todo modo, pelo menos outras duas ações se concretizaram: a criação da Casa dos Correios, em 1798, e a organização de uma expedição científica. A Casa dos

Correios é um espaço público que vai servir, segundo Galves, para o envio de correspondências e a venda de impressos (2014, p. 125). Esse espaço estava localizado na casa de Luís da Rocha Compasso (PEREIRA JUNIOR, 2016, p. 69), cuja localização não foi possível identificar.

É no ano de 1799 que se identifica uma quantidade expressiva de impressos científicos, à venda na Casa dos Correios (GALVES, 2014; PEREIRA JUNIOR, 2016). Como exemplo dessa movimentação, reproduzo uma das tabelas formuladas por Marcelo Galves (2014, p. 124), sobre a venda de impressos pela Casa dos Correios.

Tabela 2 - Contabilidade da venda de livros da Casa do Correio, 1799

Titulo ³²	Ano de publicação	Recebidos	Preço utilitário (em réis)	Valor total (em réis)	Vendidos	Valor arrecadado (em réis)
O Fazendeiro do Brasil (l)	1798	190	1\$000	190\$000	8	8\$000
Memória sobre a plantação de algodões (f)	1798	75	120	9\$000	5	600
Memória sobre a caneleira (f)	1797	50	80	4\$000	1	80
Memórias e extratos sobre a pipereira negra (f)	1798	200	160	32\$000	3	480
Memória sobre a cultura do loureiro cinamomo (f)	1798	100	160	16\$000	3	480
Memória sobre o método econômico de transportar para Portugal a aguardente do Brasil (f)	1798	20	160	3\$200	4	640
Extrato sobre o método de se preparar a potassa (f)	1798	100	160	16\$000	3	480
Extrato acerca do método de se fazer nitrato de potassa ou salitre (f)	1798	100	200	20\$000	3	600

³² Na tabela acima, Marcelo Cheche Galves (2014, p. 124) utiliza as letras (f) e (l) para indicar os folhetos (f) e os livros (l).

Instrução sobre a combustão de vegetais (f)	1798	50	160	8\$000	3	480
Alographia dos alkalis fixos vegetal ou potassa, mineral ou soda. Com Estampas Iluminadas (l)	1798	12	2\$000	24\$000	2	4\$000
Alographia... Com estampas em preto (l)	1798	36	1\$600	57\$600	2	3\$200
De Rebus Rusticis Brasilicis (l)	1798	10	960	9\$600	2	1\$920
Cursos de estudos do comércio e fazenda (l)	1798	10	1\$200	12\$000	2	1\$200
Total		1053		401\$400 (total das remessas)	42	25\$3603

Fonte: Marcelo Cheche Galves (2014, p. 124).

A presença desses livros na capitania do Maranhão pode indicar um incentivo da coroa não só à leitura, mas, sobretudo, à economia local, pois o ministro do ultramar tinha interesse em alavancar a economia portuguesa e fazer crescer a ideia de um império português por intermédio de sua política de reformas. Com esse intuito, lembro, criou a Casa Literária do Arco do Cego em 1799, para produção e tradução de obras que incentivasse o desenvolvimento econômico tanto de Portugal quanto de suas colônias.

A própria Casa dos Correios disponibilizou a venda de vários livros publicados no Arco do Cego. Sobre a Tabela 2, elaborada por Galves, o autor afirma que, com exceção de *Instrução sobre a combustão de vegetais*, todas as outras obras constam no catálogo comemorativo do bicentenário da Casa Literária do Arco do Cego, organizado por Fernanda Maria Guedes de Campos (1999). Como exemplos, registra a remessa de dois títulos: *Memória sobre plantações dos algodões* e *O Fazendeiro do Brasil* (GALVES, 2014, p. 127).

Quanto ao primeiro, trata-se da obra de José de Sá Betencourt, publicada em 1798 pela oficina de Simão Tadeu Ferreira. Ainda que impressa em outra oficina, essa e outras obras foram concebidas na Casa Literária do Arco do Cego, pois, como avalia

Mariana Domingos, em *Mecenato Político e economia da edição nas oficinas do Arco do Cego*, havia “casos em que a mesma obra foi impressa em várias tipografias..., mas feitas as gravuras e estampas no Arco do Cego” (1999, p. 97).

A própria tipografia de Simão Tadeu é citada por Domingos, como reimpressora de 2 mil exemplares da *Declaração sobre a cultura do cânhamo*, datada de 1799 e encadernada no Arco do Cego (1999, p. 97). Sobre o livro *Memória sobre plantações de algodões*, cabe observar sua relação com o aprimoramento de ‘produtos já estabelecidos na capitania’. Como afirma Galves (2014, p. 127):

Além de compêndios sobre a atividade agrícola – caso de *O Fazendeiro do Brasil*, de autoria do próprio Veloso –, chama a atenção a mescla entre impressos referentes a produtos já estabelecidos na capitania, como o algodão e a cana-de-açúcar, e aqueles voltados para culturas novas, e talvez promissoras, como a pimenta da índia (pipereira negra) e a canela (loureiro cinamomo)

O segundo livro destacado é de autoria do frei José Mariano da Conceição Veloso e teve 11 volumes³³.

Na tabela 2, a quantidade de exemplares de *O Fazendeiro*, 190 como indicado, pode revelar sua importância dentre os demais livros apresentados na mesma tabela, abaixo apenas da *Memórias e extratos sobre a pipereira negra*, também do frei José Mariano da Conceição Veloso, que registrou 200 exemplares.

Embora o número de livros vendidos de *O Fazendeiro* possa ter ficado abaixo da expectativa (se considerarmos o total de exemplares enviados), foi o mais vendido dentre todos os livros vindos do Arco do Cego ou até mesmo dos que não foram publicados pela oficina. Talvez esse seja um indicativo de que a obra teve uma circularidade melhor que os demais livros na capitania do Maranhão.

Outros títulos do Arco do Cego foram encontrados em registros da Real Mesa Censória³⁴, como: *A arte do Carvoeiro* e *Considerações Candidas sobre o comercio do assucar*³⁵. A presença desses títulos é indício da permanência da circulação desses títulos em outro contexto, após a saída de Sousa Coutinho do ministério do Ultramar e o encerramento das atividades do Arco do Cego.

³³ Como já observado, com base em Margarida Ortigão Ramos Paes Leme (1999, p. 79), somente um volume foi publicado pelo Arco do Cego: *O fazendeiro do Brasil Criador*, datado de 1801.

³⁴ Arquivo Nacional da Torre de Tombo, RMC, Caixa 159.

³⁵ A inclusão desses livros na documentação da Real Mesa Censória data de 1801, ano do fechamento do Arco do Cego e, portanto, de primeiros registros desses títulos pelo órgão censor. Como já observado, o Arco do Cego não era subordinado ao crivo da censura.

Os títulos localizados no Maranhão, submetidos ou não aos órgãos censores, apontam também para outra articulação, entre riquezas ainda inexploradas no território e a organização de expedições científicas. Estas expedições tem a influência do naturalista italiano Domingos Vandelli, que fora contratado pelo Marquês de Pombal para ensinar no Colégio dos Nobres. Segundo José Vicente Serrão (1994, p.3), que introduz as obras de Vandelli no livro *Aritmética política, economia e finanças*, o projeto do Colégio dos Nobres não teve o desenvolvimento desejado e Vandelli ficou incumbido da montagem do Jardim Botânico da Ajuda.

É nesse período que a História Natural se tornará mais forte em Portugal e Domingos Vandelli incentivará as chamadas “Viagens Filosóficas”. Voltaremos ao tema adiante.

Essas viagens vão evidenciar a necessidade de incremento de uma cultura científica, mobilizada para o desenvolvimento do Império. Felipe Matos ressalta que “o Estado precisaria mudar seu papel de agente econômico para o de agente cultural ou ao menos pedagógico” (2011, p. 312). É a partir de Vandelli que se iniciará a difusão de obras por todo o domínio português³⁶, a fim de instruir os colonos a fazer crescer a economia local, ação intensificada no período em que D. Rodrigo de Sousa Coutinho se tornou ministro do Ultramar.

No Maranhão, temos como exemplo a expedição chefiada por Vicente Jorge Dias Cabral, advogado e naturalista que durante o governo de D. Diogo de Sousa percorreu o interior da capitania do Maranhão e Piauí. Para Marcelo Galves, a participação de Cabral na expedição:

Reforça a perspectiva de que D. Rodrigo, ao dar prosseguimento a uma política de desenvolvimento fundamentada no conhecimento científico, ou ao implementá-la, acionou um conjunto de naturalistas já em circulação pelo território colonial, mesmo que por motivações diversas, a exemplo de Vicente Cabral (GALVES, 2017, p. 557).

Vicente Cabral exercia a função de advogado em São Luís (*Colleção...*, 1803, fl.3-4). O convite para chefiar a expedição lhe fez voltar aos estudos de naturalistas, como descreve a seguir:

³⁶ Magnus Roberto Pereira e Ana Lucia Rocha Barbalhos da Cruz (2011 p. 242), em *O viajante instruído: os manuais portugueses do Iluminismo sobre métodos de recolher, preparar, remeter e conservar produtos naturais* relatam algumas publicações feitas por Domingos Vandelli, responsável pelo processo de preparação das “viagens Filosóficas”, em 1778, época do ministério de ultramar de Martinho de Melo e Castro.

Nove annos se tinhão passado depois q deixei aquelles//fl.3//fl.4// aqueles elementos, e dando-me a estudo da Jurisprud.a sa/encia que conciderava, como meio de segurar de susbist.a já/ me não lembrava que hum dia seria necess.o revolver os/ Naturalistas, e ao velho Linneo (*Colleção..., 1803, fl. 3-4*).

Note-se aqui a citação a um grande naturalista daquela época, responsável por criar o Sistema Natural. Esse Sistema, um dos mais utilizados à época, criado pelo sueco Carlos Lineu, apresenta uma ordem binomial das espécies. É também um dos mais utilizados pelos viajantes de fins do século XVIII e começo do XIX para classificação das novas espécies vegetais identificadas.

Vicente Cabral, ao trazer Lineu para sua pesquisa, corrobora a importância das obras desse autor para as expedições exploratórias. Maria Beatriz Nizza da Silva também reitera a relevância desse naturalista ao escrever que, nas “viagens filosóficas”, era obrigatório haver nas bagagens dos viajantes, obras de autores como: Lineu, Tournefort, Bomare, Valerius, Brisson, Réaumur, Marcgraf e Piso (SILVA, 2013, p. 36).

Todos esses autores dedicavam-se à História Natural, fortalecida com a reforma da Universidade de Coimbra, em 1772, e que teve em Domingos Vandelli seu principal representante em Portugal.

No próximo tópico, a análise recairá sobre algumas dessas obras, produzidas dentro e fora dos domínios portugueses, e que chegaram à cidade de São Luís.

3.2 Os livros científicos

Como já vimos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no período em que fora Ministro do Ultramar, tomou medidas para a difusão de impressos nas colônias portuguesas, medidas essas diretamente relacionadas ao interesse de incrementar produções mais necessárias e rentáveis ao Reino (SILVA, 2013, p. 66). Marcelo Cheche Galves (2014, p. 119) ressalta também que as correspondências trocadas por D. Diogo de Sousa e D. Rodrigo pautavam-se em temas que pudessem auxiliar o desenvolvimento da capitania.

Outro historiador que também trata dessas correspondências e que corrobora com a afirmativa de que D. Rodrigo tinha interesse em alavancar a economia luso-brasileira é Flávio Pereira Costa Junior, em *Um Maranhão ilustrado? História e*

natureza na correspondência entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. Diogo de Sousa (1798-1801). Em seu trabalho, o autor afirma que o ministro incentivou a leitura de moradores do ultramar e concedeu bolsas para estudantes da América portuguesa cursar a Universidade de Coimbra (2016, p. 62-63).

Desta forma, podemos compreender a remessa de alguns livros, traduzidose produzidos pela Casa Literária do Arco do Cego, para a capitania do Maranhão: *A arte do Carvoeiro, O fazendeiro do Brasil e Considerações Candidas sobre o comercio do assucar.* Todos estes livros têm a marca do frei José Mariano da Conceição Veloso: o primeiro foi traduzido e os outros dois foram escritos por ele, em um momento que alcançou o auge da sua carreira como chefe da principal oficina criada e financiada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho (DOMINGOS, 1999, p. 101).

Todos estes livros tiveram sua tradução ou escrita na oficina da Casa Literária³⁷. Frei Veloso era profundo conhecedor das necessidades das colônias, em especial do Brasil, de onde viera e de onde escreveu uma importante obra, publicada anos depois de sua morte, *Flora fluminense*. Manuela Domingos (1999, p. 106) observa que o frei:

Trouxe os temas do Brasil à primeira linha das preocupações culturais da metrópole, forneceu instrumentos de trabalho para o futuro; implantou um bem civilizacional novo, com a expansão, até então nunca vista, da divulgação viva pelo auxílio inestimável da imagem, verdadeira marca desses tempos e dos vindouros.

Tais investimentos foram feitos para que os livros pudessem chegar às colônias portuguesas, em especial no Brasil, a fim de auxiliar no desenvolvimento das capitâncias, pois, para facilitar os estudos a metrópole permitia a circulação de obras que pudessem fortalecer a economia local.

Nas obras aqui citadas como exemplo, transparecem três temas caros à época: agricultura, mineralogia e botânica, componentes do que se considerava à época como ciências da natureza. Como destacam Pereira e Cruz (2011, p.247):

O estágio de desenvolvimento da física, da matemática, da química, da astronomia e das ciências correlatas às ciências da natureza, como a botânica, a zoologia e a mineralogia, instituindo novos campos de

³⁷ A introdução destas obras nos requerimentos para a Real Mesa Censória, a partir de meados da década de 1800, pode indicar que estes livros foram encomendados depois que D. Rodrigo de Sousa Coutinho deixa o ministério do Ultramar e a Casa Literária do Arco do Cego deixa de funcionar.

saber, acabou por operar mudanças na forma de ver o mundo e, consequentemente, de organizar o conhecimento sobre ele.

Como já observado, outras obras que chegaram ao Maranhão no período de 1796-1804, e que não foram traduzidas pela Tipografia do Arco do Cego, tratavam de questões similares: *Dictionnaire d'Histoire natureae*, de Bomare; *Systema naturalle*, de Carlos Lineu; *Chymie*, de Fourcroy; e *Elemens ou principes physico-chymiques*, de Brisson.

Três deles são franceses, que tiveram bastante importância no período das Luzes. *Mathurin Jacques Brisson* esteve entre os grandes autores que podiam auxiliar na classificação dos animais, como informa José R. Stuardo (2007, p.89). Porém, ainda segundo Stuardo (2007, p. 89), quando Lineu publica o *Systema naturae*, Brisson perde espaço no campo das ciências naturais do Chile. *Jacques-Christophe Valmont Bomare*³⁸ teve seu livro, *Dictionnaire d'Histoire naturelle*, entre os livros da Nacional y Pontificia Universidad de México. A presença desses homens de ciências em terras de domínios espanhol e português pode indicar que ambos, Brisson e Bomare foram importantes cientistas que colaboraram com as ciências naturais em terras americanas.

Antoine François Fourcroy foi feito conde por Napoleão Bonaparte em 1809, segundo escreveu Gilda Verri no seu *Catálogo* sobre livros que vieram de Portugal para Pernambuco. Verri afirma ainda que Fourcroy teve importante papel na criação da química moderna e na reforma do ensino superior francês (2006, p.42).

Todas estas obras tiveram ampla difusão mundial, e por não conter nenhuma ameaça ao antigo regime e contribuir para certa modernização de Portugal e suas colônias, foram introduzidas em Portugal com o intuito de subsidiar o programa de reformas de D. Rodrigo (CURTO, 1999, p.27).

3.3 A História Natural e seus autores

O Museu Botânico da Ajuda, como já observado, foi montado por Domingos Vandelli após uma curta passagem pelo Colégio dos Nobres. Vandelli trabalhou no Colégio até 1772, quando houve a reforma da Universidade de Coimbra e

³⁸ Brisson e Bomare são citados por Maria Nizza da Silva como importantes autores das ciências naturais, juntamente com o sueco Carlos Lineu, criador do livro *Systema Naturae* em que faz uma classificação das espécies (2013, p.36).

fora chamado para ser professor de Química Experimental e História Natural; também dirigiu o Museu de História Natural e o Laboratório de Química (SERRÃO, 1994, p. 14-15).

Vandelli, como já observado, é um dos principais responsáveis pelas “viagens filosóficas” que aconteceram nos domínios de Portugal. José Vicente Serrão (1994, p.14) afirma que:

Por ‘viagens filosóficas’ entendiam-se as expedições científicas orientadas para descrição física e econômica dos territórios, ou seja, para a inventariação dos recursos naturais e das suas aplicações econômicas. Era precisamente este naturalismo aplicado à economia que preenchia o essencial do campo disciplinar então designado por *Filosofia Natural*.

É necessário ressaltar também o já citado texto de Maria Beatriz Nizza da Silva, que ao tratar das “viagens filosóficas”, observa que eram obrigatórias nas bagagens desses viajantes obras dos autores: Lineu, Tournefort, Bomare, Valerius, Brisson, Réaumur, Marcgraf e Piso (SILVA, 2013, p. 36). Tais autores eram referências para uma pesquisa mais aprofundada no campo das ciências naturais, em locais onde era necessário descobrir qual riqueza as terras possuíam.

A seguir, apresento uma tabela com os autores / obras citados até aqui, como circulantes na capitania do Maranhão.

Tabela 3 – Obras que circularam na capitania do Maranhão

Ano ³⁹	Autor	Obra	Total de remessas
1799	Carlos Lineu	<i>Systema Naturo 8°, 8 vol.</i> Coimbra 1793	1
1799	Jacques-Christophe Valmont de Bomare	<i>Dictionnairen d'Histoire Naturalle 8° !5 vol Par. 1792]</i>	1
1799	Antoine Baumé	<i>Chimica de Baumé</i>	1
1799/1802	Antoine Francois Fourcroy	<i>Chymie 8° 6 vol. Paris 1791./ Philophie chimique: ou vériés fondamentales de la chimie moderne, disposées dans um nouvel ordre</i>	2

³⁹ De solicitação junto a Real Mesa Censória.

1799/1801	Duhamel du Monceau	<i>Agricultura de Duhamel/ Arte do carvoeiro</i>	2
1801	José Mariano da Conceição Veloso	<i>O Fazendeiro do Brasil</i>	1
1801	Felix Avellar Brotero	<i>Elementos de botanica por Brottero</i>	1

Fonte: ANTT. Fundo Real Mesa Censória, caixa 159.

O primeiro autor é Carlos Lineu, que se correspondeu diretamente com Vandelli e foi um dos principais teóricos daquele período. Sua obra *Systema Naturae* (1735) foi uma das mais significativas para as ciências naturais durante o século XVIII. Nesta obra, Lineu estabelece o sistema binomial de classificação (LOPES, 2005, p. 465), referência utilizada ainda hoje nos estudos de botânica.

Este sistema é criticado por Buffon, outro grande condecedor da História Natural. Maria Margaret Lopes (2005, p. 466) sistematizou assim as críticas de Buffon a Lineu: “as classificações proporcionavam um sistema de nomenclatura e não um sistema natural. O significativo para Buffon era encontrar as graduações, a continuidade, a distribuição geográfica dos seres e mesmo sua degeneração”.

Claudio Umpierre Carlan (2008, p. 84), contudo, afirma que este sistema criado por Lineu fora de extrema importância a princípio para os museus de História Natural de finais do século XVIII:

Carl Von Linné (1707 – 1778), mais conhecido como Lineu, escreveu em 1768 seu livro *Systema Naturae*, onde institui a moderna organização da taxonomia (ciência da classificação), descrevendo o que chamou de nomenclatura binomial. Os Museus de História Natural, primeiramente, adotaram esse sistema. Mais tarde o método é adaptado para os outros objetos pertencentes às reservas técnicas.

Desta maneira se evidencia que os quadros lineanos orientaram a História Natural que se consolidou com Domingos Vandelli na organização do complexo museológico da Ajuda, nas últimas décadas do século XVIII, viabilizando as investigações filosóficas do Reino e do Ultramar (LOPES, 2005, p. 466). Como já observado, Carlos Lineu fora lembrado pelo advogado Vicente Jorge Dias Cabral: era necessário voltar ao “velho Lineo”.

Outro autor que merece destaque é Jacques-Christophe Valmont de Bomare, com sua obra *Dictionnaire Raisonné Universel d'Histoire Naturelle*. Esse autor é reconhecido em vários escritos como um dos maiores naturalistas de seu tempo, ao lado

de Buffon e Lineu, como no artigo de Alfredo de-Micheli e Raúl Izaguirre-Ávila, sobre o sistema de estudos Botânico-Farmacológicos (2009, p. 100); também aparece na já citada obra de Maria Beatriz Nizza da Silva (2013, p. 36), como uma importante obra para os naturalistas viajantes.

Da mesma forma, Baumé é outro nome frequente na lista de licença de livros da Real Mesa Censória para o Maranhão. Além das licenças, o nome de Baumé é citado em carta datada de 19 de julho de 1801, encaminhada ao Visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá Melo e Soto Maior⁴⁰. Nela, segundo Bonato, o padre Joaquim José Pereira, que acompanhou Cabral na expedição, solicita livros de referência para a expedição:

Entre os livros [solicitados por Pereira], leem-se títulos famosos à altura como o manual de química prática de Baumé e de Fourcroy, sobre mineralogia de Kirwan, o dicionário de Língua Francesa da Academia de Paris e de Língua Portuguesa de Antônio Moraes além do Sistema da Natureza de Lineu e das Memórias da Academia de Lisboa sobre Agricultura, Economia e Literatura (BONATO, 2005, p. 57).

Criador de um termômetro que leva o seu nome, Baumé se constitui como importante químico, que revolucionou os estudos no período iluminista. Segundo Oliveira, Melo Filho e Afonso (2013, p. 1-10), em 1768, Baumé “publicou na revista L’Avant varias instruções para a fabricação de diversos hidrômetros para fins industriais”. Os autores ainda afirmam que esses hidrômetros existem até hoje com o nome de higrômetros ou areômetros de Baumé, e são utilizados em laboratórios e processos industriais.

Por fim, entre os autores não portugueses aqui elencados, cabe lembrar o nome de outro químico muito importante para a França em fins do século XVIII: Antoine Francois Fourcroy.

Fourcroy, como pondera Ronei Clécio Mocellin (2012, p. 748), foi um consagrado químico no século XVIII ao lado de outros da escola parisiense, como: Berthollet, Pierre Auguste Adet e Jean Henri Hassenfratz. Fora também um colaborador de Lavoisier, outra referência para a ciência francesa (JENSEN, 1998, p. 961 apud MAAR, 2012, p. 172-173).

⁴⁰ Substituto de Sousa Coutinho à frente do ministério do Ultramar.

Além de cientista consagrado e colaborador de Lavoisier, Antoine Fourcroy foi responsável pela encyclopédia metódica, publicada em 1787. Em 1799, Fourcroy foi nomeado por Napoleão Bonaparte para o Conselho de Estado⁴¹. Depois disso, publicou um novo trabalho intitulado *Systèmes des connaissances chimiques* (Paris, 1801). Seus trabalhos de Química são tão importantes quanto às obras de Lineu, Bomare e Baumé. Como já observado, os quatro autores frequentaram os registros da Real Mesa Censória no período, e suas obras circularam pela capitania do Maranhão.

Como já salientado, nesse mesmo período, Sousa Coutinho criou a Casa Literária do Arco do Cego, responsável pela difusão do pensamento ilustrado português e pela tradução de importantes obras, referentes à experiência colonial de outros países europeus. Esse empreendimento evidenciou a força dos naturalistas portugueses, dentre eles, o escolhido como responsável pelo projeto: frei José Mariano da Conceição Veloso. Mineiro de Vila Rica, Veloso chegou a Lisboa em 1790, a fim de publicar sua obra *Flora fluminense* (LEME, 1999, p. 77)⁴².

Porém, tornara-se conhecido, como autor, por outra obra, *O Fazendeiro do Brasil*. Como já observado, entre os 11 volumes, publicados no período de 1798 a 1806, somente um foi publicado no Arco do Cego: *O fazendeiro do Brasil Criador*. Data de 1801 o primeiro registro de solicitação de envio da obra para o Maranhão, indício de que se trata do volume único, publicado pelo frei Veloso na Casa do Arco do Cego. Outra obra que também aparece na documentação da Real Mesa Censória, como traduzida pelo frei Veloso, é *Arte do Carvoeiro ou Methodo de Fazer Carvão de Madeira*, de Duhamel du Monceau.

Magnus Pereira e Ana Lúcia Rocha Barbalho da Cruz (2011, p. 246) afirmam ainda que “Henri-Louis Duhamel du Monceau era a principal referência sobre o transporte por mar de árvores e plantas, preservação de sementes e ‘outras coisas pertencentes ao objeto da História Natural’”.

⁴¹Sobre Fourcroy como conselheiro de Estado de Napoleão Bonaparte ver site: <http://www.encyclopedia.com/science/dictionaries-thesauruses-pictures-and-press-releases/fourcroy-antoine-francois-de> Acesso em: 29 de outubro de 2017.

⁴² Sobre essa obra, Margarida Ortigão Ramos Paes Leme (1999) observa que D. Rodrigo de Sousa envia ofício para Vandelli, em 27 de abril de 1797, pedindo para que ele pegasse os volumes da obra de Veloso, que se encontravam no depósito do Real Jardim Botânico, e o ajudasse a publicá-los. Porém, a publicação só ocorreu entre os anos de 1825 e 1827, no Rio de Janeiro e Paris, após sua morte (*Ofício...* 1797 apud LEME, 1999 p. 78).

Os dois autores ainda fazem menção da obra *Arte do Carvoreiro* após demonstrarem a importância desse autor para as ciências naquele período:

Tratava-se de um engenheiro e botânico francês que se notabilizou pelo estudo das árvores e de seu uso econômico. Teve grande influência entre os ilustrados luso-brasileiros. A sua memória sobre a produção de carvão vegetal foi traduzida e impressa na Tipografia do Arco do Cego, dirigida pelo frei Mariano da Conceição Veloso (PEREIRA; CRUZ, 2011, p. 246).

Este autor desenvolveu juntamente com Buffon e Stephen Halles a Teoria do Dessecamento, citada por José de Augusto Pádua na sua obra sobre *A profecia dos desertos da líbia: conservação da natureza e construção nacional no pensamento de José Bonifácio* (2000, p. 120).

Tal teoria, como explicada por Pádua por meio dos estudos de Grouve (1995), “demarcou a primeira concepção científica moderna sobre o risco de mudanças climáticas antropicamente induzidas, relacionando a destruição da vegetação nativa em determinados territórios com a redução da umidade, das chuvas e dos mananciais de água” (GROUVE, 1995, p. 164 apud PÁDUA, 2000, p. 120).

Essa teoria fora defendida no fim do século XVIII por José Bonifácio que, segundo Pádua, foi um dos membros mais brilhantes do grupo de reflexão organizado em torno de Vandelli (2000, p. 121). A influência sobre José Bonifácio indica que a teoria de Duhamel du Monceau teve papel importante em terras brasileiras.

A *Arte do carvoeiro* pode ter ajudado na descoberta / exploração de algumas minas. Domingos Vandelli cita, em sua obra *Memória sobre algumas produções naturais das conquistas, as quais são pouco conhecidas, ou não se aproveitam*, alguns produtos minerais que poderiam ser importantes para a economia do Maranhão. São eles: o “molibdeno, com o qual se poderiam fazer penas de lápis, semelhantes ou melhores que na Inglaterra”; o almagre e a terra sombra semelhante à de colônia para pintar (VANDELLI, s/d, p. 44-45).

A presença de tais obras produzidas pelo Frei José Mariano da Conceição Veloso evidenciam que o Maranhão esteve nos planos políticos de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que pretendia “fazer progredir o Brasil para bem do império lusitano” (PÁDUA, 2000, p. 128).

Outro autor, que não aparece nos escritos do Arco do Cego, mas é reconhecido como um importante cientista da História Natural de Portugal, é Felix

Avelar Brotero. Este, segundo Diogo Ramada Curto, foi um eminent naturalista, restabelecido à cadeira de Botânica em 1799, quando Francisco Lemos se torna vice-reitor da reformada Universidade de Coimbra. Segundo o autor, a intenção de Lemos era “retomar o espirito da reforma pombalina” (CURTO, 1999, p. 37). Felix Brotero é reverenciado pelo naturalista Vicente Cabral como um dos ‘sábios da nação’, ao lado de Vandelli (*Colleção...* 1803, fl. 68; 141; 217), o que atesta a sua importância nas ciências de Portugal àquela época.

Todos esses autores acima citados, que tiveram suas obras solicitadas nos documentos da Real Mesa Censória, integram um conjunto de cientistas das áreas da Botânica, Mineralogia e Zoologia. Tais conhecimentos foram difundidos pelo estudo da História Natural, que naquele período ajudou a criar museus e jardins botânicos, parte das riquezas dos países, e que ainda hoje serve para compreendermos como a ciência tomou corpo naquele momento e como se modificou desde o século XVIII.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período do século das Luzes é um momento em que as ciências adquirem mais destaque no meio europeu. Tal crescimento se deu pelo fato da razão humana se fazer mais presente na vida dos homens letrados daquele período. Dessa maneira o Iluminismo ganha formas diferentes em diversas localidades.

França e Portugal foram exemplos de nações que se apropriaram dos ideais iluministas, mas de maneira diferente. No primeiro, há uma mudança de regime – do monárquico ao republicano; no segundo, uma postura diferente, pois o regime monárquico continuou e Portugal adotou o sistema de reformas a partir de 1755, quando Sebastião José de Carvalho e Melo se torna ministro do rei D. José I.

É a partir dele que a História Natural – disciplina que cresce no período do iluminismo – é introduzida em Portugal com a chegada do naturalista Domingos Vandelli, em 1764. Esta disciplina fazia parte da cadeira de Filosofia que agregava ainda a Física Experimental e a Química. Além dessas áreas das ciências naturais, que cresce no século XVIII, existia ainda a Zoologia, Mineralogia e Botânica. O conhecimento dessas ciências era necessário para aqueles que se integrassem às viagens exploratórias.

Domingos Vandelli incentivará as expedições exploratórias nas colônias portuguesas. No Maranhão, no período em que D. Rodrigo de Sousa Coutinho fora ministro do Ultramar (1796-1801), há registros de uma expedição chefiada por Vicente Jorge Dias Cabral e Joaquim José Pereira, ou Vigário de Valença, que foram indicados pelo governador D. Diogo de Sousa (1798-1804) para a busca de salitre na capitania do Maranhão e Piauí.

Para que estas viagens pudessem ter um resultado satisfatório para a capitania, o governador e o ministro D. Rodrigo cuidaram para que livros científicos estivessem à disposição dos viajantes e também da população. Pois, o objetivo de D. Rodrigo de Sousa Coutinho era alavancar a economia local, e os livros científicos iriam auxiliar a encontrar produtos que fosse necessário para o comércio e no melhoramento daqueles que já existiam, como é o caso das *Memórias de plantações de Algodão*, de José de Sá Betencourt, livro produzido pela Casa Literária do Arco do Cego e que tratava do principal produto da capitania do Maranhão.

A Casa Literária do Arco do Cego produziu mais de 80 obras com o objetivo de alavancar a economia de Portugal e de suas colônias. Tal empreendimento fora criado por D. Rodrigo em 1799, e os livros produzidos pela Casa não passavam pelo crivo da Real Mesa Censória, prova do poder/autonomia do projeto concebido por Coutinho.

No Maranhão, os registros de livros científicos que foram requeridos pela Real Mesa Censória fizeram parte deste trabalho como indícios da política de reformas de D. Rodrigo nessa capitania. A Casa dos Correios, criada em 1798, também pelo ministro do Ultramar, foi o espaço destinado à venda desses impressos.

Os livros localizados nos registros da Real Mesa Censória apontam para uma movimentação de mercadores, procuradores e requerentes das obras enviadas para o Maranhão, cujos números crescentes já haviam sido detectados por Romário Sampaio Basílio (2014).

Já os livros produzidos pela Tipografia do Arco do Cego tiveram a Casa dos Correios como ponto de venda, como já salientado acima. Desta maneira, podemos verificar por meio da Real Mesa Censória e da Casa Literária que a política de D. Rodrigo esteve presente no Maranhão e que tal política fora responsável pela circulação de livros científicos para a capitania.

A presença de remetentes e de procuradores na documentação da Real Mesa Censória, assim como os livros encontrados no Arco do Cego por meio de estudos sobre essa tipografia e a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), evidenciam a intensidade da movimentação de livros e sua potencial relação com projetos de incremento econômico das capitâncias.

Os livros científicos foram utilizados nas viagens exploratórias, compuseram remessas vinculadas a práticas comerciais e estiveram no horizonte de políticas de desenvolvimento colonial. De algum modo, compuseram a ideia de um império luso-brasileiro, perspectiva mais explorada aqui por intermédio da Casa Literária do Arco do Cego, e o projeto de arregimentação de luso-brasileiros para trabalhar na tradução e produção de livros que pudessem fazer crescer o conhecimento das ciências naturais.

Desta maneira, o trabalho aqui apresentado procurou, por meio dos livros científicos, apontar para indícios da inserção do reformismo ilustrado no Maranhão, no

período em que D. Rodrigo fora ministro (1796-1801) e D. Diogo de Sousa fora governador da capitania.

É importante ressaltar que esse trabalho procura evidenciar a presença de uma cultura impressa no Maranhão, já no período da Viradeira, ante uma perspectiva de certo “obscurantismo cultural” que teria caracterizado o Maranhão até a década de 1830, mas essa já é outra discussão.

REFERÊNCIAS

Documentos

Documentos

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU-MA)

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as dificuldades que tem havido e há para o estabelecimento das novas escolas régias na dita capitania. São Luís, Maranhão. 28/09/1800. AHU_CU_009, cx. 112, doc. 8767.

D. 8626 (1800, Abril, 23, São Luís do Maranhão _CARTA (2a via) do desembargador Antônio Joaquim de Araújo, ao príncipe regente D. João, a dar o seu parecer sobre o pedido de licença para ir para o Reino, feito por Domingos Mendes de Aragão. ...Anexo: vários does, !AHU_ACL CU_009, Cx. 110, D. 8626).

D. 9555 (1803, março, 22, São Luís do Maranhão_ OFICIO do governador e capitão-General do Maranhão, D. Diogo de Sousa Coutinho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Visconde de Anadia, João Rodrigo de Sá e Melo Souto Maior,a remeter os conhecimentos e diários feitas pelo bacharel Vicente Jorge Dias Cabral e pelo Vigário de Valença, Joaquim José Pereira, referentemente a uma viagem de exploração nos sertões da capitania do Maranhão, onde se recolheram produtos e se fizeram desenhos da região. AHU_ ACL_ CU_ 009, Cx. 127, D. 9555

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU-PI)

OFÍCIO do padre Joaquim José Pereira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde da Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo] sobre a exploração dos sertões para descoberta de nitreiras naturais; quanto recebeu de ajudas de custo e onde aplicou essa quantia; e solicita o envio dos livros mencionados no catálogo que remete. Oeiras, Piauí. 19/06/1801. AHU_CU_016, cx. 24, doc. 1262.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Fundo Real Mesa Censória, caixa 159.

Registo da lei de criação da Real Mesa Censória, de decretos de nomeação de ministros e oficiais da Mesa, avisos recebidos pela Mesa, cópias de decretos enviados a diversas instituições e autoridades, 5 de abril de 1768.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN- RJ)

CABRAL, Vicente Jorge Dias. *Colleção das observações dos productos naturaes do Piahui, 1803.* Seção de Manuscritos I – 12, 2, 11, n. 1.

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

MATOS, Marcos José, ca 1811. Condições com que nós os negociantes abaixo assignados estabelecemos huma companhia de seguros nesta praça de Lisboa/ [Marcos José de Mattos, Bento Antonio D^aAndrade, José Joaquim da Costa Silva e Filho].- Lisboa: [s.n], 1811. -4p.; 30cm.

Bibliografia

BARROS, José D'assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. *Caderno de História*, Belo Horizonte, vol. 12, n. 16 1º sem. 2011.

BASÍLIO, Romário Sampaio. *Impressos e mercadores ao mar: Luzes e sombras entre Portugal e o Maranhão (1768 - 1826)*. 2014. 72 f. Monografia (graduanda em História) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís.

BONATO, Tiago. *O Olhar, a Descrição: A Construção do Sertão do Nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783 - 1822)*. 2010. 187 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de. *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Bicentenário “sem livros não há instrução”. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Biblioteca Nacional, 1999.

CARLAN, Claudio Umpierre. Os museus e o patrimônio histórico. *História*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 75-88, 2008.

CAROLINO, Luís Miguel. Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, a ciência e a construção do império luso-brasileiro: a arqueologia de um programa científico. In: CAROLINO, Luis Miguel; GESTEIRA, Heloisa Meireles e MARINHO, Pedro (org). *Formas do Império. ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Século XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2013, 576p.

CHAVES, Mariana Lopes. *Em busca de riquezas pelo Império: Reformismo Ilustrado português, os naturalistas e a expedição pela capitania do Maranhão e do Piauí (1796-1803)*. 2018. 65 f. Monografia (graduanda em História) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís.

COELHO, Adriana Regina Oliveira. *Impressos em circulação na cidade de São Luís (1831-1841)*. 2018. 90 f. Monografia (graduanda em História) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís.

COSTA JÚNIOR, Flavio Pereira. *Um Maranhão Ilustrado? História e natureza na correspondência entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. Diogo de Sousa (1798-1801)*. 2016. 100 f. Mestrado (em História) - PPGHIS-UFMA, Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

CUNHA, Carlos Guimarães da. *Negociantes, mercadores e traficantes no final da monarquia absoluta*. Lisboa: Edições Colibri, 2014. 246 p.

CURTO, Diogo Ramada. *As gentes do livro*: Lisboa século XVIII/ Diogo Ramada Curto. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007. 720 p.

_____. D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (org). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Bicentenário “sem livros não há instrução”. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Biblioteca Nacional, 1999, p. 15-49.

DARNTON, Robert (1939). *O beijo de lamourette*. Robert Darnton; tradução Denise Bottman. Editora: Schwarcz Ltda – São Paulo: Companhia das Letras 1990, p 65-78.

DE-MICHELI, Alfredo; IZAGUIRRE-ÁVILA, Raúl. De la herbolaria medicinal novohispana a los inicios de estudios botánico-farmacológicos sistematizados (bosquejo histórico), *Instituto Nacional de Cardiología Ignacio Chávez*. México, vol. 2, n° 79, p. 95-101, jul de 2009.

DOMINGOS, Manuela D. Mercenato político e economia da edição nas oficinas do Arco do Cego . In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (org). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Bicentenário “sem livros não há instrução”. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Biblioteca Nacional, 1999, p. 91-106.

DOMINGOS, Manuela D. *Livreiros de setecentos*. Biblioteca Nacional de Portugal. Lisboa: 2000, 228p.

FALCON, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. ed. 4. São Paulo: Editora Atica, 2002. 95 p.

FARIA, Regina Helena Martins de. *Em nome da ordem: a constituição de aparatos policiais no universo luso-brasileiro*. 2007. 255 f. Tese (Tese em História) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

FARIA, Miguel Figueira de; MENDES, José Amado (coord.). *Dicionário de História empresarial Portuguesa: séculos XIX e XX*-Volume II Seguradoras. Lisboa: INCM, 1. ed.2014.Disponível em:
<https://incm.pt/portal/bo/produtos/anexos/10248420150105124629188.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2018.

FOURCROY, Antoine François De. Química, Medicina. Disponível em:
<http://www.encyclopedia.com/science/dictionaries-thesauruses-pictures-and-press-releases/fourcroy-antoine-francois-de/> . Acesso em: 29 de out de 2017.

GALVES, Marcelo Cheche. Saberes impressos, correspondências e expedições científicas: a capitania do Maranhão e o reformismo ilustrado na virada do oitocentos. *Outros Tempos*. São Luis, vol 11, n. 18, p. 119-136, 2014.

_____. Vicente Jorge Dias Cabral: um naturalista na capitania do Maranhão e do Piauí, *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.* Belém, Pará, Vol. 12, N° 2, p. 555-570, maio-ago, 2017.

GALVES, Marcelo Cheche; BASÍLIO, Romário Sampaio. Saberes em circulação na América portuguesa: os estudantes maranhenses na Universidade de Coimbra. *Revista Clio*. Recife, n. 32.1, p. 156-175.

ISRAEL, Jonathan. *Revolução das Luzes*. São Paulo: Editora Edipro, 2013. 256p.

LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes. Um breve itinerário editorial: do Arco do Cego à imprensa. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (org). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Bicentenário “sem livros não há instrução”. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Biblioteca Nacional, 1999, p. 77-90.

LOPES, Maria Margaret. Culturas das Ciências Naturais. *Ciência & Educação*, Bauru, São Paulo, vol. 11, n° 3, p. 457-470, 2005.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *Utopia do Poderoso Império*. Portugal e Brasil: bastidores da política 1798-1822. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994. 256 p.

MAAR, Juergen Heinrich. Materiais, equipamentos, métodos e objetivos: outra revolução química? *Scientiae Studia*, São Paulo, vol. 10, n° 4, p. 671-680, 2012.

MATOS, Felipe. A circulação dos livros da Tipografia do Arco do Cego em Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis, século XVIII). *CEDOPE*, Coritiba, Paraná, p. 307-317, 2011.

MAXWELL, Kenneth R. *Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*; [Tradução João Maia]. São Paulo: Paz e Terra, 2010, 443p.

MONCELLIN, Ronei Clécio. Louis-Bernard Guyton de Morveau e a revolução química das Luzes. *Scientiae Studia*, São Paulo, vol. 10, n° 4, p. 733-758, 2012.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1979.

_____. O Reformismo Ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*, nº 7. 1984, p.105 -119.

OLIVEIRA, Bruno de Moura; MELO FILHO, João Massena; AFONSO, Júlio Carlos. A densidade e a evolução do densímetro. *Revista Brasileira de Ensino de Física*. vol.35, n. 1, 1601, p. 1-10, fev. 2013.

OLIVEIRA, José Carlos de. *Adorador do Deus das Ciências?*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2005. Coleção Engenho & Arte – vol.8. 338p.

PÁDUA, José Augusto. A Profecia dos Desertos da Líbia: Conservação da natureza e construção nacional no pensamento de José Bonifácio. *RBCS*, São Paulo, vol. 15, n. 44, p. 119-142, outubro/2000.

PEDREIRA, Jorge Miguel. Economia e política na explicação da independência do Brasil. In: MALERBA, Jurandir. (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006, p. 55-93.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. O Viajante instruído: os manuais português do Iluminismo sobre métodos de recolher, preparar, remeter, e conservar produtos naturais. *CEDOPE UFPR*, Paraná, Coritiba, p. 241-251, 2011.

_____. D. Rodrigo e frei Mariano: a política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro v.15, n. 29, p. 498-526, jul/dez. 2014.

RAMOS, Samara de Almeida. *Vicente Jorge Dias Cabral: um viajante ilustrado no sertão do Maranhão*. 2017. 92 f. Monografia (graduanda em História) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís.

SANTOS, Nívia Pombo. *O palácio de Queluz e o mundo ultramarino: circuitos ilustrados*. Portugal, Brasil e Angola. 2013. 395f. Tese (Tese em História) – Programa de Pós- Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A Longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil/ Lilia Moritz Schwarcz, Paulo César de Azevedo e Angela Marques da Costa (Orgs)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 608p.

SERRÃO, José Vicente. Introdução. In: _____ (org) *Domingos Vandelli: Aritmética política, Economia e Finanças*. Introdução e direção de edição: João Vicente Serrão. Banco de Portugal. Lisboa: BNP, 1994, p. 23-37.

SILVA, Ana Rosa Cloquet de. O marquês de Pombal e a formação do homem-público no Portugal setecentista. In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Falcon (orgs). “*A Época Pombalina*” no Mundo Luso-brasileiro. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2015, p. 413-452.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Produção, Distribuição e Consumo de Livros e Folhetos no Brasil Colonial. *IHGB*. Rio de Janeiro, vol. 314 n. 1 p. 78-94, 1977.

_____. *Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis/ Maria Beatriz Nizza da Silva*. – 1. Ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2013. 350p.

_____. Um grande inventário da natureza: políticas da coroa em relação ao Brasil na segunda metade do século XVIII. In: CAROLINO, Luis Miguel; GESTEIRA, Heloisa Meireles e MARINHO, Pedro (org). *Formas do Império*.ciênciа, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Século XVI ao XIX. São Paulo: Paz e Terra, 2014, 576p.

STUARDO, José R. Trascendencia del Primer Saggio Sulla Storia Naturale del Chili de j.i. Molina, su raducción, el compendio anónimo y el bicentanario. Atenea, Concepción, Chile, n.495, p.83- 107, 2007.

VANDELLI, Domingos. Memória sobre algumas produções naturais das conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam. In: SERRÃO, José Vicente (org). *Domingos Vandelli: Aritmética política, Economia e Finanças*. Introdução e direção de edição: João Vicente Serrão. Banco de Portugal. Lisboa: BNP, 1994, p. 33-45.

VERRI, Gilda Maria Whitaker. *Tinta sobre papel*: livros eleitura em Pernambuco no século XVIII, 1759-1807/ Gilda Maria Whitaker Verri; prólogo Esther Caldas Bertoletti, Edson Nery da Fonseca, Denis Bernardes. – Recife: Ed. Universitária da UEPE/ Secretaria de Educação e Cultura, Pernambuco, 2006, 502p.

VILLALTA, Luis Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e práticas de leituras: usos dos livros na América Latina*.1999. 442 f. Doutorado (em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999.

VOVELLE, Michel. *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Editora Presença, 1997. 344p.

ANEXO I – Catálogo de Gilda Verri – Ciências Naturais

Ano 1796

Referência	Solicitação	Classificação	Localização	Quant.
OSAN, José Meregelo de, pseud. <i>O discípulo instruído pelos mestres mais sábios nos segredos naturais das sciencias...</i> Jozé Meregelo de Osan. – Lisboa: na Off. de Francisco Borges de Sousa, 1759. – 15 folh. ; 21cm	Antonio Ribeiro de Mattos, padre & João Gomes de Lima	4 B 3	BNP	2
VASCONCELOS, João Rosado Vilalobos e, ?-ca 1786. <i>O perfeito pedagogo na Arte de educar a mocidade, em que se dão as regras da policia e urbanidade christã, conforme os usos e costumes de Portugal/ por João Rosado Villa- Lobos e Vasconcelos. – Lisboa: na Typ. Rollandiana, 1782. – 294, [6] p.; 13 cm</i>	Antonio Joze Freire & Antonio Ribeiro de Mattos, padre & João Gomes Lima	4 B 3	BNP	3
BERTRAND, Jean. <i>Elementos de agricultura: fundados sobre os mais sólidos princípios da razão, e da experiência, para uso das pessoas do campo, Que mereceram o premio da Sociedade Economica de Berne em 1774 Por Mr. Bertrand, traduzidos Por Francisco Xavier do Rego Aranha, Lisboa: Off. Felippe da Silva e Azevedo, 1788- XVI, 207 p.; 15 cm. – tem encardenado junto a 2ª. Edição: 1805. Lisboa, Impr. Regia, XI+2+143 p.. T. Da o. Orig. Eléments d'agriculture.</i>	Jacynto da Conceição	4 B 3	BNP	2

Ano 1799

Referência	Solicitação	Classificação	Localização	Quant.
BERTRAND, Jean. <i>Elementos de agricultura: fundados sobre os mais sólidos princípios da razão, e da experiência, para uso das pessoas do campo, Que mereceram o premio da Sociedade Economica de Berne em 1774 Por Mr. Bertrand, traduzidos Por Francisco Xavier do Rego Aranha, Lisboa: Off. Felippe da Silva e Azevedo, 1788- XVI, 207 p.; 15 cm. – tem encardenado junto a 2ª. Edição: 1805. Lisboa, Impr. Regia, XI+2+143 p.. T. Da o. Orig. Eléments d'agriculture.</i>	Jacynto da Conceição	4 B 3	BNP	2
BROTERO, Félix de Avelar, 1744-1828 <i>Compêndio de Botanica/ Felix Avellar Brotero, - Lisboa: Casa de Paulo Martins, 1788.- 2v.: il.: 21 cm [[Titulo solicitao: Elementos de historia natural]]</i>	Joze da Silva, padre	4 B 3	BNP	16
LINNAEUS, Carolus. <i>Philosophia botanica, in qua explicantur fundamenta botânica. Editio secunda/ revisa et emendata, curante D. Johanne Gottlieb Gleditsch. – Berolini: [s.n.], 1780. 1v.: in-8 [[Ed. solicitada: 1794]]</i>	Julião Gervazio de Aguiar	4 B 3	BNP	1
LINNEU, Carlos [LINNAEUS, Carolus] <i>Parte práctica de Bótanica, que comprehende las classes, ordenes, géneros, espécie y variedades de las plantas, com sus caracteres genéricos y específicos, sinónimos mas selectos, nombres triviales, lugares donde nacen, y propriedades/ Carlos Linneo. – [S.l.: s.n., 18--]. 8v. [[Titulo aproximado]]</i>	Jacynto da Conceição	4 B 3	BNP	1
MOLINA, Luís de, Juris Consulto, 1535-1600	Joaquim Coelho			

<i>De Hispanarum primogenitorum origene ac natura. - Lugduni : simptibus Petri Landry, 1588. - 536 pags. ; 2°</i>	Mesquita	4 B 3	BNP	1
PAIVA, Franciscus Antonio Ribeiro de. <i>Introductiones Zoologicae. in quibus termini ad historiam animalium intelligendam explicantur. Additis tabulis zoologicis systematicis. – Conimbricæ: Typis Academicis, 1794, - 2 part em 1 vol. In-8° [[Ed. solicitada: 1790]]</i>	Julião Gervazio de Aguiar	4 B 3	BNP	1
VASCONCELOS, João Rosado Vilalobos e, ?-ca 1786. <i>O perfeito pedagogo na Arte de educar a mocidade, em que se dão as regras da polícia e urbanidade christã, conforme os usos e costumes de Portugal/ por João Rosado Villa- Lobos e Vasconcelos. – Lisboa: na Typ. Rollandiana, 1782. – 294, [6] p.; 13 cm</i>	Joze Antonio da Silva	4 B 3	BNP	1

Ano 1800

Referência	Solicitação	Classificação	Localização	Quant.
BERTRAND, Jean. <i>Elementos de agricultura: fundados sobre os mais sólidos princípios da razão, e da experiência, para uso das pessoas do campo, Que mereceram o premio da Sociedade Economica de Berne em 1774 Por Mr. Bertrand, traduzidos Por Francisco Xavier do Rego Aranha, Lisboa: Off. Felippe da Silva e Azevedo, 1788- XVI, 207 p.; 15 cm. – tem encardenado junto a 2ª. Edição: 1805. Lisboa, Impr. Regia, XI+2+143 p.. T. Da o. Orig. Eléments d'agriculture.</i>	Jacynto da Conceição	4 B 3	BNP	2

BROTERO, Félix de Avelar, 1744-1828 <i>Compêndio de Botanica/ Felix Avellar Brotero, - Lisboa: Casa de Paulo Martins, 1788.- 2v.: il.: 21 cm [[Titulo solicitao: Elementos de historia natural]]</i>	Joze da Silva, padre	4 B 3	BNP	16
LINNAEUS, Carolus. <i>Philosophia botanica, in qua explicantur fundamenta botânica. Editio secunda/ revisa et emendata, curante D. Johanne Gottieb Gleditsch. – Berolini: [s.n.], 1780. 1v.: in-8 [[Ed. solicitada: 1794]]</i>	Julião Gervazio de Aguiar	4 B 3	BNP	1
LINNEU, Carlos [LINNAEUS, Carolus] <i>Parte prática de Bótanica, que comprehende las classes, ordenes, gêneros, espécie y variedades de las plantas, com sus caracteres genéricos y específicos, sinónimos mas selectos, nombres triviales, lugares donde nacen, y propriedades/ Carlos Linneo. – [S.l.: s.n., 18--]. 8v. [[Titulo aproximado]]</i>	Jacynto da Conceição	4 B 3	BNP	1
MOLINA, Luís de, Juris Consulto, 1535-1600 <i>De Hispanarum primogenitorum origene ac natura. - Lugduni : simptibus Petri Landry, 1588. - 536 pags. ; 2°</i>	Joaquim Coelho Mesquita	4 B 3	BNP	1
PAIVA, Franciscus Antonio Ribeiro de. <i>Introductiones Zoologicae. in quibus termini ad historiam animalium intelligendam explicantur. Additis tabulis zoologicis systematicis. – Conimbricæ: Typis Academicis, 1794, - 2 part em 1 vol. In-8° [[Ed. solicitada: 1790]]</i>	Julião Gervazio de Aguiar	4 B 3	BNP	1
VASCONCELOS, João Rosado Vilalobos e, ?-ca 1786. <i>O perfeito pedagogo na Arte de educar a mocidade, em que se dão as regras da polícia e</i>	Joze Antonio da Silva	4 B 3	BNP	1

<i>urbanidade christã, conforme os usos e costumes de Portugal/ por João Rosado Villa- Lobos e Vasconcelos. – Lisboa: na Typ. Rollandiana, 1782. – 294, [6] p.; 13 cm</i>				
---	--	--	--	--

Ano 1801

Referência	Solicitação	Classificação	Localização	Quant.
BROTERO, Félix de Avelar, 1744-1828 <i>Compêndio de Botanica/ Felix Avellar Brotero, - Lisboa: Casa de Paulo Martins, 1788.- 2v.: il.: 21 cm</i>	João Baptista Reywend & Manoel da Costa Gonsalves	4 B 3	BNP	3
CAESIUS, P. Bernardus. <i>Mineralogia, sive Naturalis Philosophiae thesauri, in quibus metallicae concretionis medicatorunque fossilium miracula, terrarum pretium, colorum et pigmentorum apparatus, concretorum succorum virtus, lapidum atque gemmarum dignitas continetur.</i> – Ludguni : [s.n.], 1636. -1v. [[Ed. Posterior?]]	Borel, Borel & Cia	4 B 3	BNP	1
LINNAEUS, Carolus [LINNEO, Carlos] <i>Caroli a Linné. Systema vegetabilium. Cura Jo. Frid. Gmelin. – Ludguni : Bermet, 1796. 3 vol. ; 8°. – Tomus Primus [-III]</i>	Borel, Borel & Cia	4 B 3	BNP	1
LINNAEUS, Carolus [LINNEO, Carlos] <i>Genera platarum corumque characteres naturales, secundum numerum, figuram, situm et proportionem partium. –Viennae : Typis Joannis Thomae Nob. De Trattenerm</i>	Borel, Borel	4 B 3	BNP	1
PAIVA, Franciscus Antonio Ribeiro de. <i>Introductiones Zoologicae. in</i>	João Baptista Reywend	4 B 3	BNP	1

<i>quibus termini ad historiam animalium intelligendam explicantur. Additis tabulis zoologicis systematicis. – Conimbricae: Typis Academicis, 1794, - 2 part em 1 vol. In-8°</i>				
RETZIUS, André-Jean. <i>Observationes botanicae sex fasciculis comprehensae.</i> Quibus accedunt J.G. Koenig... Descriptiones monandrarum et epidendrorum India orientali factae. Lipsia : apud S.L. Crussium: 1791. 6 part. Em 1 vol. -2°	João Baptista Reyrend	4 B 3	BNF / CCfr	1
RAOUL, E. <i>Culture du caféier/ E. Raoul, E. Darolles.</i> 2ème edition. – Mesnil (Eure): Typ. Fir..., [18--]. -1v.	Borel, Borel	4 B 3	BNP	1
SCOPOLI, Francisco de Jesus Maria. <i>Fundamenta Chemiae praelectionibus publicis accomodata. Edito altera, aucta et emendata. Papiae : apud Joseph Bolzanum, [16--]. – 1v. ; in-8°</i>	João Baptista Reyrend	4 B 3	BNP	1
SISTEMA UNIVERSAL DE HISTÓRIA NATURAL INCLUINDO A HISTÓRIA NATUAL DO HOMEM,... <i>Systema universal de historia natural incluindo a historia natural do homem, dos oreng-outangs. E toda tribu de Ximita/ trad. Do inglez por José Feliciano Fernandes Pinheiro. – Lisboa : Typ. Chalcographica, 1801. -1 v.</i>	João Baptista Reyrend	4 B 3	BNP	1
VANDELLI, Domenico 1735-1816. <i>Florae lusitanicae et Brasiliensis specimen... et epistolae eruditis viris/ Carolo a</i>	Antonio da Fonseca Duarte	4 B 3	BNP	1

Linné, Antonio de Haen ad Dominicum Vandelli. Conimbricae : Ex Typ. Academico- Regia, 1788. -96 p.; 20cm				
WALLERIUS, Joan Gotschalk <i>Systema mineralogicum, quo corpora mineralia in classes, ordines, genera et espécies suis cum varietatibus divisa describuntur, atque observationibus, experimentis et figuris aenis ilustrantur.</i> Editio altera Correcta. – [S.l. : s.n., 18--]. 2 v. [[Ed. Anterior, original em sueco]]	Borel, Borel	4 B 3	BNF / CCfr	1

Ano 1802

Referência	Solicitação	Classificação	Localização	Quant.
BARBUT, Jacques. <i>Helminthologia portuguesa, em que se descrevem alguns gêneros das duas primeiras ordens, intestinaes, e moluscos da classe sexta do reino animal, vermes, e se explicão com varias amostras de suas esoeicies, segundo o sistema do cavalheiro Carlos Linne/ por Jacques Barbut, trad. José Mariano da Conceição Velloso. – Lisboa : Off. de J.P. Correa da Silva, 1799. – [9 fl], XII p., [2 fl], 67 p. : il. ; 23 cm</i>	Joze da Silva, padre	4 B 3	BNP	1
BARTHES DE MARMORIERES, Guillaume <i>Mémoire d'agriculture pour la côte de la Méditerranée du royaume, par M. Barthes, seigneur de Marmorières. Montpellier : J.- F. Picot, 1780. In-8°, X-334 p</i>	Mathias Joze Gomes	4 B 3	BNF / CCfr	14
BRISSON, Mathurin Jacques. <i>Elemens ou principes physico- chymiques, destinés à servir de suite aux “principe de physique”: à l'usage des Ecoles Centrales..</i>	Joze da Silva	4 B 3	BNP	1

Mathurin Jacques Brisson. 2.e édition revue, corrigé et augmentée par l'auteur. [S.l. : s.n., 17--]. – v.				
CHAPTAL, Jean-Antoine. 1756-1832 <i>Elémens de chymie de J.A. Chaptal.</i> Seconde édition. Tome premier [- troisième] Paris, Chez Deterville : An III 1794/1795. 3 vol. –In-8	Joze da Silva, padre	4 B 3	BNF / CCfr	1
DUTILLEUL, B. <i>L'Art de formuler, selon les règles de la Chimie pharmaceutique, ou petit Dictionnaire Manuel et portatif/ B. Dutilleu Lille : Ches Jacques, 1801. – 1 v.; in-12°</i>	Mathias Joze Gomes	4 B 3	BNF / CCfr	1
FOURCROY, A.F., 1755-1809. <i>Elémens d'histoire naturelle et de chimie Fourcroy. 4^a ed. – Paris : ches Cuchet, 1791. 5 vol. ; in-8</i>	Joze da Silva	4 B 3	BNP	1
FOURCROY, A.F., 1755-1809 <i>Philosophie chimique: ou vérités fondamentales de la chimie moderne, disposées dans un nouvel ordre/ A.F. Fourcroy, Nouvelle édition, augmentée de notes ed d'axiomes tirés des dernières découvertes/ par J.B. Van Mons. Bruxelles: chez Emmanuel Flon, 1794. -1 v.; in-8 [[Ed. Enviada: Paris, 1795]]</i>	Borel, Borel	4 B 3	BNP	2
LA BEYRIE, DE; Goulin, Jean. <i>Dictionnaire des plantes usuelles, des arbres, et arbustes, etc. (par de la Beyrie et Goulin) Paris: Lamy, 1793. 8 vol. -(fig.)-8°</i>	Manoel Caetano da Motta e Souza	4 B 3	BNF / CCfr	1
LAICHARDING, Joaan. Nep. <i>Manuele botanicum sistens plantarum europaeorum characteres generum, specierum differentias, necnon earum loca naturalia.</i>	Joze Joaquim de Santa Anna	4 B 3	BNP	2

Oeniponte lipsiae : apud Michalem aloysium Wagner, 1794. -1 v.; in 8° [[Ed.solicitada: 1785]]	Laboureiro frei			
LE GUIDE DU NATURALISTE DANS LES TROIS RÉGNES DE LA NATURE; OU MÉTHODE ANALYTIQUE, PAR LAQUELLE ON PEUT DÉCOUVRI LE NOM GÉNÉRIQUE DE L'ANIMAL, DU VÉGETAL, OU DU MINÉRAL QUE L'ON SE PROPOSE DE CONNOTRE <i>Le guide du naturaliste dans les trois régnes de la Nature; ou méthode analytique, par laquelle on peut découvri le nom générique de l'animal, du végétal, ou du minéral que l'on se propose de connotre/ Par Mr V.D.S. de P.. – Bruxelles: chez Lemaitre, 1792. – 1 v.; in-8°- O autor é o Barão Van der Stege de Prot</i>	Borel, Borel	4 B 3	BNP	2
LINNAEUS, Carolus [LINNEO, Carlos] <i>Carolii a Linné. Systema vegetabilium. Cura Jo. Frid. Gmelin. – Ludguni : Bermet, 1796. 3 vol. ; 8°. – Tomus Primus [-III] [[Ed.. enviada: 1791]]</i>	Joze Joaquim de Santa Anna Laboureiro frei	4 B 3	BNP	9
LINNAEUS, Carolus [LINNEO, Carlos] <i>Classes plantarum seu sistema planetarium omnia a fructificatione desumta. Fundamentorum Botanicarum pars secunda Lugduni Batavorum: apud Contradum Wishoff, 1738. -1 v.; in-8°</i>	Alexandre Mallen	4 B 3	BNP	1
LINNAEUS, Carolus [LINNEO, Carlos] <i>Genera platarum corumque charakteres naturales, secundum numerum, figuram, situm et proportionem omnium</i>	Borel, Borel & Cia	4 B 3	BNP	1

<i>fructifications partium. –Viennae : Typis Joannis Thomae Nob. De Trattenerm, 1767.</i> 1 v.; in-8° [[Ed. Enviada: 1791]]				
LINNAEUS, Carolus. [LINNEO, Carlos] <i>Philosophia botanica, in qua explicantur fundamenta botânica.</i> Editio secunda/ revisa et emendata, curante D. Johanne Gottlieb Gleditsch. – Berolini: [s.n.], 1780. 1v.: in-8.	Joze da Silva	4 B 3	BNP	1
LINNAEUS, Carolus. [LINNEO, Carlos] <i>Systema vegetabilium secundum classes ordines, et genera cum characteribus et differentiis juxta edit. XIV A clar. Jo. And. Murray.</i> Editio decima quinta / curante Josue Scannagatta. – Ticini : excudebat Petrus Galeatus, 1789. -1 v.; in-8°	Joze da Silva	4 B 3	BNP	1
BERGIUS, Petrus Jonas. <i>Materia medica e regno vegetabili, sistens simplificia officinalia pariter atque culinária.</i> Editio secunda correctior. – Stockholmiae: Typis Petri Hesselberg, 1782. -2 vol.; in-8° [Titulo igual, autor não coincide]]	Manoel Caetano de Motta Souza	4 B 3	BNP	1
MÉTHODE DE NOMENCLATURE CHIMIQUE. <i>Méthode de nomenclature chimique/ de Morveau... [et al.], apresent., pref. e notas de A.M. Nunes dos Santos. – Lisboa: Petrogal, 1992. – XLIX, 314, [9] p., [1] f. desdobr. ; il ., fac-simil .; 26cm. – Edição fac-similada do original de Paris : chez Cuchet, 1787.</i>	Mathias Joze Gomes	4 B 3	BNF / CCfr	1
MEUVE. de M. -16..-? <i>Dictionare pharmaceutique ou appat de medecine, pharmacie et chymie.</i> Avec deux tables très-commodes; l'une pour choisir les	Mathias Joze	4 B 3	BNF /	1

remedes propres à toutes les maladies, et l'autre pour trouver l'explication des dictions latines, ou leurs synomes, contenuës dans ce dictionnaire. Ouvrage curieux pour toutes sortes de personnes, utile aux mececinis, apoticaires et Chirurgiens, et très-necessaire pour l'instruction de ceux qui veulent s'appliquer à la profssion de la pharmacie. Tiré et recueilli des meilleurs auters qui ont écrit de ces matieres. Par M. de Meuve... Seconde édition. Revue, corrigé & beaucoup augmentée par l'autheur. A Paris chez Laurent d'Houry. M. DC. LXXXIX, 1689, Achevé d'imprimer pour la première fois, le 2. janvier 1678	Gomes		CCfr	
PAIVA, Franciscus Antonio Ribeiro de. <i>Introductiones Zoologicae. in quibus termini ad historiam animalium intelligendam explicantur. Additis tabulis zoologicis systematicis. – Conimbricæ: Typis Academicis, 1794, - 2 part em 1 vol. In-8°</i>	Joze da Silva	4 B 3	BNP	1
TERREMOTO DESTRUIDO DU ESCUDO CELESTIAE CONTRA OS TERREMOTOS. <i>Terremoto destruído du escudo celestiae contra os terremotos... . - Lisbia: Imp de Joseph Filipe, 1757. -[7 fls s/p] 503 p. [5 fls s/p]; 15 cm</i>	Alexandre Mallen	4 B 3	BNP	1
NEKER, Nat. Jos. De. <i>Fisiologia muscorum per examen analyticum de corporibus variis naturalibus inter se collatis continuitatem proximamve animalis cum vegetabili concatenationem indicantibus. – Manhemii: [s.n], 1774. -1 v. in-8° [[Titulo o mesmo, autor em duvida]]</i>	Manoel Tavares da Silva Coutinho, padre	4 B 3	BNP	1

Referência	Solicitação	Classificação	Localização	Quant.
ALMEIDA, Francisco José de. <i>Tratado da educação física dos meninos, para uso da Nação Portugueza, publicado por ordem da Academia Real das Sciencias Por Franscisco José de Almeida. – Lisboa : Off. da Academia Real das Sciencias, 1791.</i> [4fl.], 142 p.; 20 cm	Pedro Joze Rey	4 B 3	BNP	1
BUFFON. <i>Histoire Naruelle, générale et particulière. Supplément/ Buffon. – Paris: Imp. Royale, 1774-1789. -7 vol.; in-4° .</i>	Bento Joze da Cunha Vianna	4 B 3	BNP	15
CAMPOS, Manuel de, S.J. ca 1681-depois de 1737. <i>Elementos da geometria plana e solida, segundo a ordem de Euclides princípio dos geometras/ P e Manoel de Campos. Lisboa Off. Rita cassiana, 1735. –[36] 333 p., [8] f. il. 21 cm</i>	Bento Joze da Cunha Vianna	4 B 3	BNP	1
CORTEZ, Jerônimo. <i>Fytiognomia e vários segredos da natureza: Contém cinco tratados de diferentes materias Revisto e Melhorado Nesta Ultima Impressão-Composto Por Jeronynmo Cortez, Traduzido em Portuguez Por Antonio da Silva de Brito. - Lisboa : Off. Francisco Borges de Sousa, 1792. – 239 p.; 15 cm</i>	Francisco Candido Rabello, padre	4 B 3	BNP	1
JOLYCLERC, N.; LINNÉ, Charles. <i>Sytème sexuel des végétaux, suivant les classes, les odres, les genres et les espèces, avec caractères et les differences, par Charles Linné. 1 re édition française, calquée sur celles de Murray et de Persson,</i>	Borel, Borel	4 B 3	BNF / CCfr	1

<p>augmentée et enrichie de notions élémentaires, de notes, etc. par N.Jolyclerc. Murray et persoon, Augmentée et etc., par N. Jolyclerc. Paris: Ronveaux, 1798. (II + 790 p.) - 8/</p>				
<p>JOLYCLERC, N.; LINNÉ, Charles. <i>Principes de la philosophie du botaniste, ou Dictionnaire interprète et raisonné des principaux préceptes et des termes que la botanique, la médecine, la physique, la chymie et l'agriculture ont consacrés à l'étude ed à la cnnoissaance des plantes.</i> Paris: France, Ronvaux: [1798]- [xvi, 463 p.]-20 cm- Na VI</p>	Borel, Borel	4 B 3	BNF / CCfr	1
<p>LINNÉ, Carlos von, 1707-1778 <i>Systema naturae per regna tria naturae...</i> 13. ed. Aucta, reformata. – Lugduni: Apud J.B. Dellamolliere, 1789-1796. 11 v.; 19 cm</p>	Borel, Borel	4 B 3	BNP	9
<p>MOUTON-FONTENILLE DE LACLOTTE, Jacques-Marie-Ph. <i>Tableau des systèmes de botanique généraux et particuliers... suivi de deux mémoires... par le Cn Mouton-Fotenille,.. A Lyon: chez l'auteur, Reymann : Fr. Leclerc, Ve Brette, 1798. [[Ed. Solicitada 1802]]</i></p>	Borel, Borel	4 B 3	BNF / CCfr	1
<p>NOBLE, Le. <i>Escola do mundo, ou intrucçam de hum pay para hum filho, pertencente ao modo com que se deve viver no mundo, dividida em diálogos/ Le Noble, Composta na Lingua Franceza, e Tradusida na Portugueza Por</i></p>	Pedro Joze Rey	4 B 3	BNL	4

Antonio Blem. Lisboa : Occidental, 1722.				
PAIVA, Franciscus Antonio Ribeiro de. <i>Introductiones Zoologicae. in quibus termini ad historiam animalium intelligendam explicantur. Additis tabulis zoologicis systematicis. – Conimbricae: Typis Academicis, 1794, - 2 part em 1 vol. In-8°</i>	Bento Joze da Cunha	4 B 3	BNP	2
SARMENTO, Jacob de Castro, 1691-1760. <i>Do uso, e abuso das agoas de Inglaterra, ou directorio, e instrucçam, para se saber seguramente, quando se deve, ou não, usar dellas, assim nas enfermidades agudas; como em algumas Chronicas; em casos propriamente de cirurgia/ Jacob de Castro Sarmento. – [S.L. : s.n., 17--].-1 v.</i>	Antonio Gonçalves da Cruz	4 B 3	BNP	1
VENTENAT. Tableau du Règne vegetal selon la méthode de Jussieu, par Ventenat Paris [s.n.?] 1799. 4 vol. -8°	Borel, Borel	4 B 3	BNF / CCfr	1

Fonte: Gilda Verri (2006, p.73-424).